

Gestão fiscal do **ESPÍRITO SANTO** Aprendizado para o futuro

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



MAIS FÁCIL

A Secretaria da Fazenda trabalha para isso: facilitar a vida do contribuinte.

A Secretaria da Fazenda (Sefaz) vem realizando grandes mudanças em nosso Estado. Assim, a sua vida e a da sua empresa ficam mais simples. Por meio de produtos e serviços como a NFe, DUA Eletrônico, SPED, Agência Virtual, CTe, PAF-ECF, GT-FAZ, Cadastro Simplificado, Novo SIAFEM, SIGA e NAC, a Sefaz se moderniza e torna seus processos mais ágeis e práticos.

Para saber mais, acesse www.sefaz.es.gov.br.

Secretaria da Fazenda



Gestão fiscal do **ESPÍRITO SANTO** Aprendizado para o futuro

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

COLABORAÇÃO

Maria Teresa de Siqueira Lima - Coordenadora da Equipe de Pesquisa
Daniel Hirschmann
Edésio Medeiros Assad
Flávia Santos Silveiras
Gustavo Assis Guerra
Maíra Pires Cabral Piccin
Pedro de Oliveira
Paulo José Noia
Rogério Zanon da Silveira
Sergio Pereira Ricardo
Vera Caser

REVISÃO

Tríade Comunicação

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Link Editoração

IMPRESSÃO

GSA Gráfica e Editora

FOTO CAPA

Nova Ponte da Passagem feita pelo fotógrafo Vitor Nogueira, estampa painel da nova Agência da Receita Estadual de Vitória



ELABORAÇÃO

Aequus Consultoria S/S Ltda

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo Cesar Hartung Gomes
Governador do Estado do Espírito Santo

Bruno Pessanha Negrís
Secretário de Estado da Fazenda

Gustavo Assis Guerra
Subsecretário de Estado da Receita

Dineia Silva Barroso
Subsecretária do Tesouro Estadual

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Subsecretário de Estado para Assuntos Administrativos

José Monteiro Nunes Filho
Corregedor

João Antônio Nunes da Silva
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Fiscais

Paulo Mazzoco
Coordenador da Unidade de Coordenação de Projeto

Pedro Ozéias de Souza
Gerente de Arrecadação e Cadastro

Sergio Pereira Ricardo
Subgerente de Análise Econômico-Fiscal

Dina Lopes Ferreira Duarte
Subgerente da Dívida Ativa

Joana da Penha Demuner das Neves
Gerente de Atendimento ao Contribuinte

Fernando Hostt Neto
Gerente de Contabilidade

Fabiana Del Caro
Subgerente de Análise e Orientação Contábil

Evandro de Andrade Siqueira
Subgerente de Informações Legais e Gerenciais

Bruno Pires Dias
Subgerente de Normas e Procedimentos Contábeis

Suzana Gonçalves de Souza José Guerra
Subgerente de Avaliação e Monitoramento Contábil

Francisco Costa de Andrade
Gerente de Desenvolvimento Fazendário

Maria Elizabeth Pitanga Costa
Subgerente de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional

Maria da Penha Zanoni Brito
Subgerente de Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Ricardo Silva Volkens
Gerente de Finanças

Maria Felícia Fachetti Gabriel Jevaux
Subgerente de Programação Financeira

Angela Celina Hott Gomes
Subgerente da Dívida Pública

Martinho de Freitas Salomão
Subgerente de Execução Financeira

Luiz Roberto Barros da Rocha
Subgerente de Regularidade Fiscal

Edésio Medeiros Assad
Gerente de Tecnologia da Informação

Benedito Marcos Norberto
Subgerente de Tecnologia da Informação

Mônica de Araújo Saldanha
Gerente Fiscal

Antonio Carlos de Paula Lessa
Subgerente de Substituição Tributária

Herval José Borini Cezarino
Subgerente de Programação Fiscal

Neuza Rodrigues Bittencourt
Subgerente de Importação e Exportação

Geraldo José Pinheiro
Subgerente Fiscal - Região Metropolitana

Marise Machado Borgo
Subgerente Fiscal - Região Nordeste

Marco Antônio Fontana
Subgerente Fiscal - Região Noroeste

Henrique Barros Duarte
Subgerente Fiscal - Região Sul

Margarita Maria Rocon
Gerente de Infraestrutura Física e Gestão de Contrato

Fernanda Furtado Dias
Subgerente de Infraestrutura Física e Gestão de Contratos

João Alfredo Ferreira Reisen
Gerente Técnico-Administrativo

Giovani de Almeida Alves
Subgerente Técnico-Administrativo

Adaiso Fernandes Almeida
Gerente Tributário

Rowena Rodrigues Fraga
Subgerente de Legislação Tributária

Ângela Maria Silva Jardim de Oliveira
Subgerente de Orientação Tributária

Rosinéa Gregório Camilo
Subgerente de Preparação para Julgamento de Processo

Elaineide Marques Malini
Representante do Espírito Santo na Comissão Técnica Permanente do ICMS no CONFAZ



Sumário

1

P. 18 ANTECEDENTES

3

P. 22 RECUPERAÇÃO DA
ARRECADAÇÃO

5

P. 32 CAPTAÇÃO
DE NOVOS
RECURSOS

7

P. 42 O ESPÍRITO
SANTO NO
CONTEXTO
NACIONAL

9

P. 52 LEGADO E
DESAFIOS

2

P. 20 READEQUAÇÃO
DO PERFIL DE
ENDIVIDAMENTO

4

P. 28 IMPACTO NOS
MUNICÍPIOS

6

P. 34 GASTO
PÚBLICO

8

P. 48 CRISE E A
RECUPERAÇÃO

P. 08 Um Novo Espírito Santo

P. 10 Uma Fazenda
cada vez mais moderna

P. 12 Gestão fiscal do Espírito Santo
Aprendizado para o futuro

P. 56 Notas metodológicas

P. 58 Referências

Um Novo Espírito Santo

A caminhada de travessia que empreendemos a partir de 2003 nos levou a uma nova fronteira histórica, como bem temos experimentado nestes últimos oito anos. Fomos muitíssimo além do imaginado, considerando-se o cenário que encontramos, marcado por desgoverno, corrupção endêmica e falência da capacidade do Executivo de prestar serviços e entregar obras públicas.

Alguns passos foram decisivos para o êxito da trajetória, dentre eles o realinhamento governamental, com os choques ético e de gestão. Um dos mais urgentes enfrentamentos efetivados foi a recuperação financeiro-orçamentária do Espírito Santo, algo fundamental para que o Estado pudesse fazer jus à sua razão de existir: atender, com obras e serviços, ao povo que o sustenta.

Em virtude das medidas moralizantes, que colocaram a ética republicana como norte do trabalho, o restabelecimento da normalidade financeiro-orçamentária foi uma conquista de início da caminhada. Pautamos nossa ação por uma condução austera da máquina pública, extinguindo cerca de 400 regimes especiais. Trabalhamos comprometidos com a responsabilidade fiscal, o equilíbrio nas contas públicas, a redução dos gastos e o combate incessante à sonegação.

Multiplicamos crescentemente a nossa capacidade de investimentos. No período de oito anos da nossa administração, o volume de investimento aumentou de R\$ 150 milhões em 2003 para mais de R\$ 1 bilhão em 2009, cifra também alcançada em 2010.

Tão importante como esse significativo crescimento é o fato de que todos os municípios capixabas foram contemplados com obras e serviços. Além disso, o impacto positivo do desempenho da arrecadação estadual repercutiu nas finanças dos municípios capixabas. Entre 2003 e 2008, as transferências de ICMS do Estado para eles cresceram 83,1%, enquanto a média nacional teve evolução de 42,5% no período.

Outro aspecto que merece destaque é que, ao longo desses oito anos, a aplicação de verbas nas áreas sociais, especialmente em educação e em saúde, se manteve sistematicamente acima dos percentuais mínimos estabelecidos pela legislação.



Palácio Anchieta, sede do Governo do Estado

Os resultados alcançados realçam o papel importante exercido pela Secretaria de Estado da Fazenda nesse processo, em razão do aperfeiçoamento do sistema de arrecadação tributária. O uso de ferramentas atuais de gestão, entre as quais investimento em tecnologia da informação e a nota fiscal eletrônica, contribuiu para o aprimoramento do trabalho.

A simplificação fiscal e a redução da carga tributária são outros exemplos que devem ser mencionados. Nesse sentido, o investimento em qualificação profissional e o empenho dos servidores exerceram papel relevante para essa evolução. Da mesma forma, precisamos ressaltar que o incremento da arrecadação foi alcançado sem aumento de impostos e de outros tributos.

Vale enfatizar que os resultados alcançados no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda vêm sendo construídos coletivamente, com uma equipe competente, hoje liderada por Bruno Negris, sucessor dos secretários José Teófilo Oliveira, Cristiane Mendonça e Roberto Penedo.

Com satisfação, apresentamos esta publicação aos capixabas, como forma de prestar contas do trabalho desenvolvido na Secretaria da Fazenda. O conteúdo aborda, em especial, a gestão financeira do Estado implementada nos últimos oito anos, contextualizando-a no panorama da economia brasileira nos últimos 20 anos e seus reflexos no Espírito Santo. Fala de passos decisivos da caminhada de travessia empreendida a partir de 2003 – uma jornada que nos levou ao Novo Espírito Santo.

Paulo Hartung

Governador do Estado do Espírito Santo

Uma Fazenda cada vez mais moderna

Em 2003, teve início no Espírito Santo um novo modelo de gestão pública. Um modelo baseado na responsabilidade fiscal, na meritocracia e na vontade de tornar cada vez melhor a rotina do servidor e o atendimento ao cidadão.

Dentro dessa filosofia, está continuamente sendo construída uma Fazenda mais moderna e eficiente, centro do processo de reconstrução do Estado.

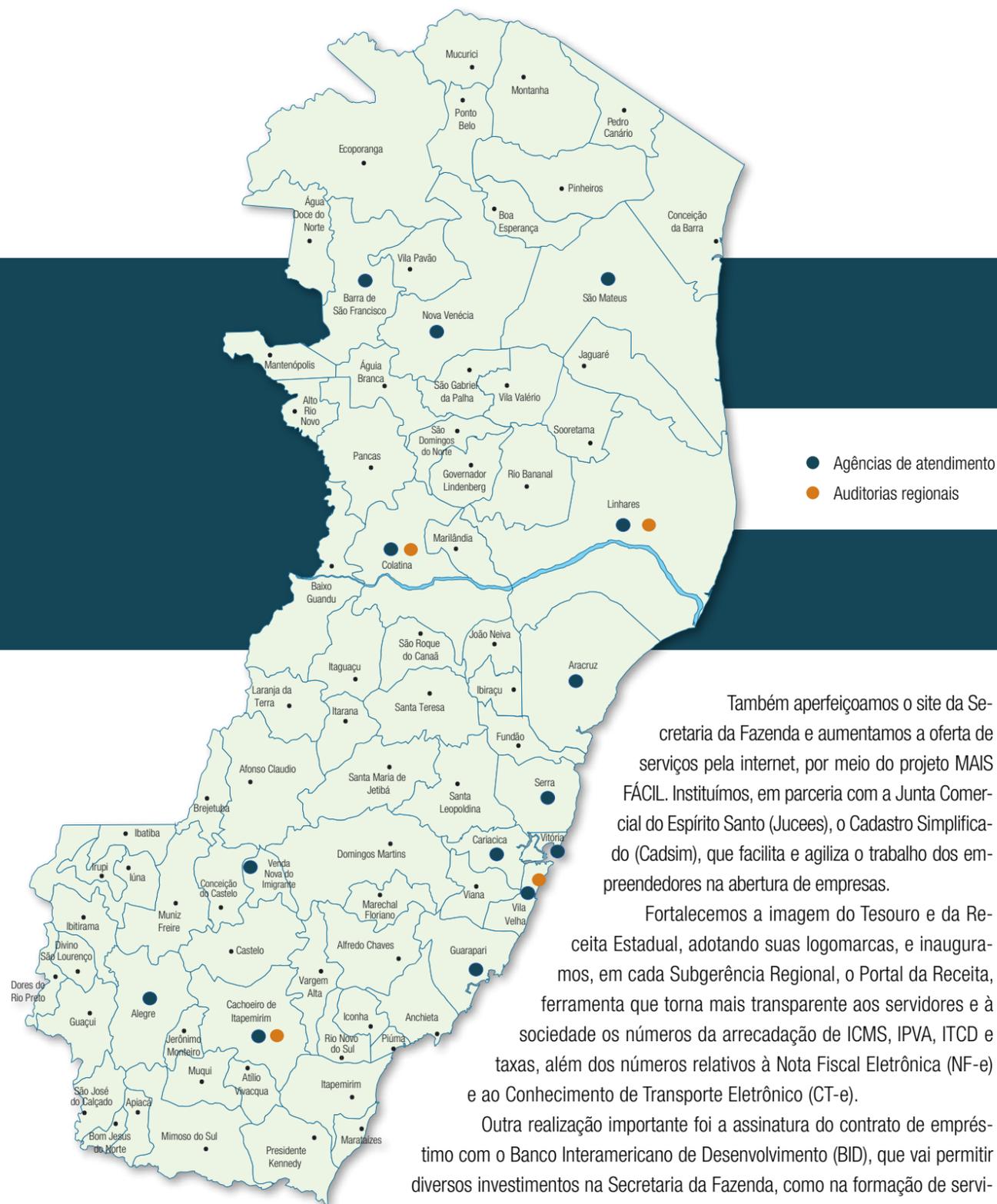
Os servidores da Secretaria de Estado da Fazenda concluem um período de oito anos comemorando não apenas os números da arrecadação e investimentos no Estado, mas também uma série de melhorias que permitem maior agilidade nas rotinas e constante aperfeiçoamento nos serviços prestados à sociedade.

Criamos, por exemplo, a Gerência de Atendimento ao Contribuinte, que será responsável por implementar um padrão de excelência nas Agências de Receita Estadual.

Diminuímos o número de servidores comissionados, realizamos merecidas promoções funcionais e nomeamos novos auditores fiscais. Além disso, o Tesouro Estadual ganhou nova estrutura, com a consolidação da carreira de consultor do Executivo.

Outra medida importante foi o fechamento de todos os postos fiscais, o que proporcionou mais agilidade e redução de custos no transporte de mercadorias dentro do Espírito Santo. O fechamento dos postos foi possível graças à adoção de mecanismos mais modernos de gestão tributária, como a Nota Fiscal Eletrônica e o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), estando relacionado a um trabalho mais investigativo e inteligente de combate à sonegação fiscal.

Ainda na área administrativa, adotamos novos mecanismos de controle e agilidade nos processos de compra, contratação de serviços e, em especial, realização de obras, como a Central de Auditorias da Subgerência Fiscal da Região Metropolitana e a nova agência de atendimento ao contribuinte da Receita Estadual em Vitória.



Também aperfeiçoamos o site da Secretaria da Fazenda e aumentamos a oferta de serviços pela internet, por meio do projeto MAIS FÁCIL. Instituímos, em parceria com a Junta Comercial do Espírito Santo (Jucees), o Cadastro Simplificado (Cadsim), que facilita e agiliza o trabalho dos empreendedores na abertura de empresas.

Fortalecemos a imagem do Tesouro e da Receita Estadual, adotando suas logomarcas, e inauguramos, em cada Subgerência Regional, o Portal da Receita, ferramenta que torna mais transparente aos servidores e à sociedade os números da arrecadação de ICMS, IPVA, ITCD e taxas, além dos números relativos à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e ao Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e).

Outra realização importante foi a assinatura do contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que vai permitir diversos investimentos na Secretaria da Fazenda, como na formação de servidores, na consultoria aos contribuintes, na adaptação às novas normas de contabilidade e na aquisição de equipamentos de informática até o ano de 2015.

Cabe lembrar que apenas comemoramos essas conquistas hoje graças à dedicação dos quase mil servidores da Fazenda. Agradecemos o empenho de cada um deles, na certeza de estarmos construindo um Estado cada vez melhor.

Bruno Pessanha Negrís
Secretário de Estado da Fazenda



Rodovia ES-381,
liga São Mateus
a Nova Venécia

Gestão fiscal do Espírito Santo Aprendizado para o futuro

O Espírito Santo exhibe atualmente uma das melhores situações financeiras entre os estados brasileiros. Essa condição foi alcançada após uma ampla reestruturação das contas públicas implementada pelo governo que assumiu o Estado em 2003, num processo que reverteu completamente o quadro de total deterioração fiscal que caracterizava as finanças do setor público capixaba até então.

Nos últimos 15 anos, as finanças dos estados brasileiros passaram por profundas modificações. Na segunda metade da década de 1990, após a implantação do Plano Real, a situação das unidades da federação era muito precária. Para se ter uma ideia, em 2000, quando a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) passa a disponibilizar os dados dos balanços patrimoniais, o endividamento de curto prazo dos entes subnacionais correspondia a 15,1% da receita corrente disponível, sendo que no Espírito Santo o percentual chegava a 47%.

No período 1995/1999, o gasto médio com pessoal consumia 66,4% da receita corrente disponível e, no caso capixaba, chegava a insustentáveis 87%. De fato, o quadro das finanças estaduais era motivo de forte preocupação e, nesse cenário desolador, a situação do Espírito Santo era ainda mais desconfortável.

Nos primeiros anos desta década, a situação começou a ser revertida, mas era ainda muito ruim. Foi só a partir de 2004, impulsionada pelo crescimento econômico e sob a tutela da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que a situação começa a ganhar novos contornos. Os indicadores apontam para uma melhora sem precedentes das contas públicas dos estados brasileiros nos anos seguintes. Nesse ambiente, o Espírito Santo passa a apresentar, progressivamente, indicadores que o colocam na vanguarda desse processo (confira mais detalhes no Box 1).

BOX 1 As dívidas dos estados e a Lei de Responsabilidade Fiscal

Um dos elementos que contribuiu para a longa persistência do processo inflacionário brasileiro foi o descontrole das dívidas dos estados (e de alguns dos grandes municípios brasileiros), situação que se manteve pelo menos até o início dos anos 1990. Durante muitos anos esses governos financiaram gastos, contraindo dívidas junto aos bancos estaduais, dos quais eram acionistas majoritários.

Como as dívidas eram crescentes, a saúde dessas instituições financeiras piorava sistematicamente e não eram incomuns pedidos de socorro ao Banco Central para impedir que os bancos quebrassem, até porque isso poderia resultar em um efeito em cadeia no sistema financeiro nacional. Na prática, portanto, os governos dos estados acabavam desfrutando de um poder de “criar dinheiro”, já que tinham a possibilidade de gastar além da sua capacidade de arrecadação e de se financiar junto a seus próprios bancos.

Um ponto central de apoio ao Plano Real, que acabou com o crônico processo inflacionário brasileiro em 1994, foi justamente a retirada desse poder de emissão monetária por parte dos estados que, caso não eliminado, tenderia a dificultar a queda da inflação, já que alimentava a demanda de bens e serviços exercida por esses entes, o que, por sua vez, tendia a pressionar os preços.

Para tanto, o governo federal organizou um processo em que a União assumiu as dívidas que os estados e municípios tinham junto aos bancos e ao mercado financeiro em geral (através de títulos) e refinanciou seus débitos por 30 anos, em termos de compromissos assinados no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, instituído pela Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

A adesão dos estados ao Programa foi praticamente total. Ao todo, 24 Unidades da Federação, além do Distrito Federal, assinaram os termos, pelos

quais se comprometeram a implantar uma reforma abrangente em suas finanças, incluindo: a) a venda de empresas estatais, particularmente concessionárias estaduais de distribuição de energia elétrica, além de outros ativos; b) a privatização/liquidação dos bancos estaduais; e c) a implementação de programas de ajuste fiscal para viabilizar o pagamento das prestações decorrentes do refinanciamento de suas dívidas pela União.

A intenção da medida, portanto, era não apenas interromper o processo de emissão monetária por parte dos entes subnacionais, mas também forçá-los a iniciar o pagamento de suas dívidas, as quais, na situação anterior, vinham sendo recorrentemente “roladas” junto a seus próprios bancos.

Justamente nesse sentido, a LRF, aprovada

em 2000, constituiu um complemento essencial à estratégia preconizada pelo Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal. A LRF estabeleceu uma série de mecanismos de controle das finanças públicas em todas as esferas de governo, destacando-se os expedientes voltados a limitar a expansão excessiva de gastos de pessoal e custeio.

A Lei também proibiu novos refinanciamentos de dívidas de entes federados junto à União e criou a necessidade de os governos das três esferas se comprometerem com metas com relação à geração de superávits primários, ou seja, metas de economia de receitas compatíveis com as necessidades de pagamento dos juros e amortização das dívidas passadas.

Assim, a LRF fortaleceu os compromissos firmados pelos estados nos acordos fechados no âmbito

do Programa. De fato, ao contrário do que ocorria no passado, quando os estados sucessivamente descumpriam suas obrigações de refinanciamento com a União, a partir de 2000 os contratos tiveram que efetivamente ser cumpridos, pois a inadimplência resultaria na suspensão das transferências federais referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre exportações, entre outras penalidades. Assim, garantiu-se o pagamento dos serviços das dívidas e evitou-se a explosão do endividamento estadual.

No Espírito Santo, já em 1996 foi aprovada a Lei Estadual nº 5.276, que instituiu o Programa de Desestatização, Reestruturação e Ajuste no Estado, sendo o acordo de refinanciamento da dívida junto à União firmado em dezembro de 1997.



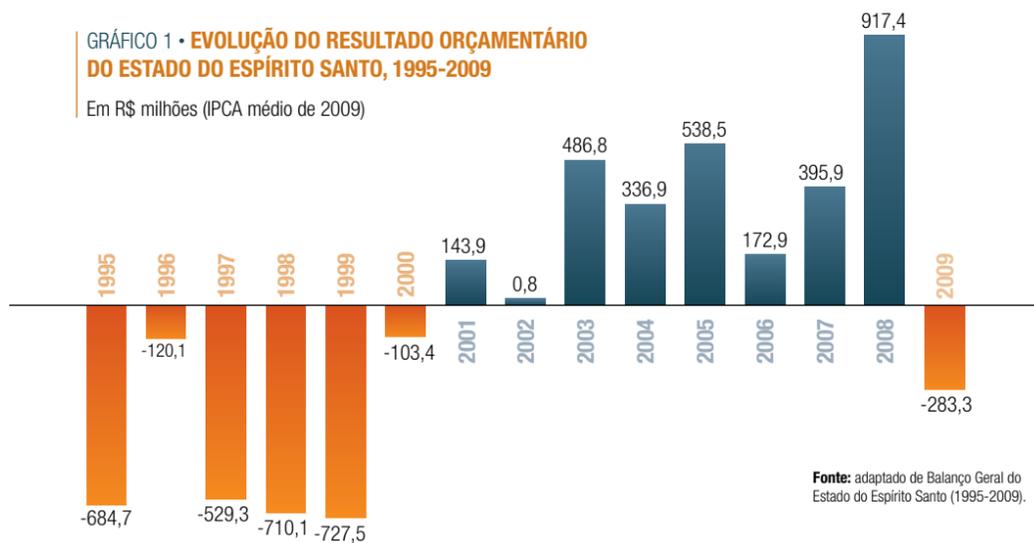
Nova Ponte da Passagem, em Vitória

ALAIR CALIARI

As iniciativas do Governo Estadual somente tiveram sucesso graças à prática deliberada do Governo Estadual de obter sucessivos superávits orçamentários (geração de receitas em volume superior a de despesas), o que permitiu eliminar o insustentável endividamento de curto prazo que o Estado vinha carregando há vários anos (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1995-2009

Em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)

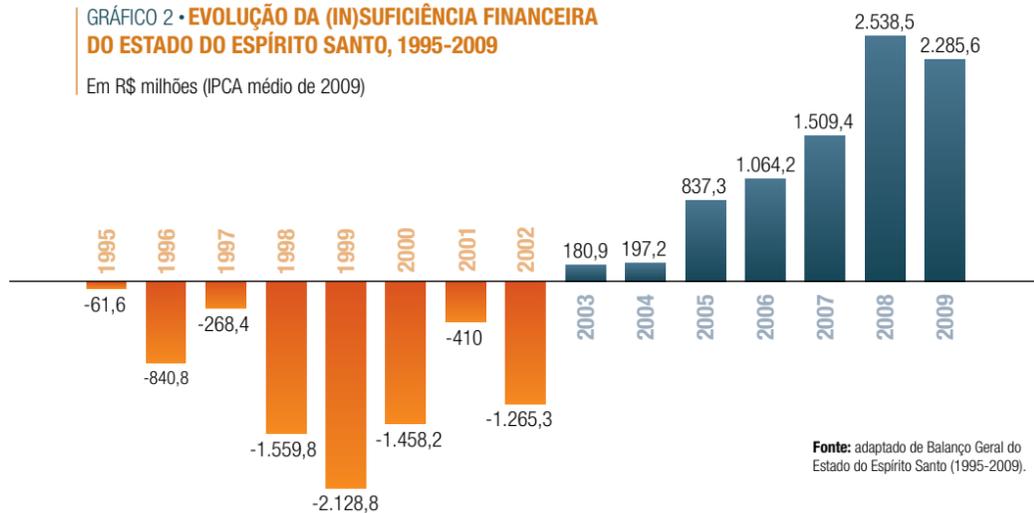


Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009).

Além de ter saldado todos os compromissos atrasados com servidores e fornecedores, o governo capixaba passou a gerar uma vigorosa poupança financeira, que se manteve elevada por vários anos consecutivos desde 2003 (Gráfico 2). A adequação do endividamento foi fundamental para permitir que o aumento da arrecadação e a gestão controlada dos gastos pudessem resultar em efetiva elevação da capacidade de investimento público – indicador que melhor traduz o sucesso da estratégia de ajuste.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA (IN)SUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1995-2009

Em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)



Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009).



Data Center do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest)

O processo de saneamento financeiro foi importante para que o Espírito Santo pudesse desfrutar de uma posição privilegiada durante o ciclo de crescimento da economia brasileira, no período entre 2004 e 2008. Impulsionada pela excepcional expansão da economia capixaba e pelas ações de combate à sonegação, a arrecadação do Estado cresceu consideravelmente nesses anos, permitindo ao governo realizar um conjunto de investimentos essenciais para o desenvolvimento do parque produtivo local, exercendo assim um papel complementar fundamental no processo de crescimento econômico local.

Por outro lado, na crise mundial que atingiu o Brasil entre o final de 2008 e a maior parte de 2009, o governo do Espírito Santo encontrava-se em uma situação particularmente confortável, com sobras de caixa que lhe permitiram manter elevados níveis de investimentos a despeito do comportamento adverso da arrecadação. Dessa forma, a gestão das contas estaduais durante a crise assumiu um caráter essencialmente anticíclico, atenuando seus impactos negativos e contribuindo para a rápida recuperação do nível de atividade econômica no Estado a partir de 2010.

1 Antecedentes

As contas públicas do Espírito Santo, no início de 2003, refletiam um quadro de baixa capacidade de arrecadação, descontrole de gastos e alto nível de endividamento junto a servidores e fornecedores, configurando um perfil claramente insustentável.

Embora a situação fosse melhor que a vigente durante a segunda metade dos anos 1990, quando as finanças do Estado estiveram profundamente afetadas pelas consequências do ambiente de baixa inflação da fase pós-Real sobre o setor público em geral (confira mais detalhes no Box 2), o orçamento estadual ainda era cronicamente deficitário no início da presente década. Os atrasos nos salários dos servidores eram sis-

temáticos, e os pagamentos de juros e amortizações devidos sofriam frequentes interrupções.

Naturalmente, esse contexto impunha enormes restrições à capacidade de execução de políticas por parte do governo. Além do investimento público do Espírito Santo se mostrar baixo face às necessidades de infraestrutura e serviços sociais, a efetiva capacidade do Estado de investir era negativa, ou seja, os gastos

com investimentos não tinham cobertura em termos de arrecadação e resultavam em acúmulo de compromissos em atraso.

Dessa forma, durante vários anos até 2003, o Espírito Santo acumulou enormes volumes de dívidas com vencimentos no curto prazo, sem lastro em suas disponibilidades de recursos em caixa. Sistemáticamente, a administração estadual iniciava o exercício financeiro com a receita já comprometida com a necessidade de saldar dívidas em atraso junto aos servidores públicos e aos fornecedores de suprimentos, bens e serviços contratados em anos anteriores.

Para que se tenha uma ideia, ao final de 2002, o volume de compromissos em atraso (restos a pagar) montava R\$ 1,3 bilhão, valor correspondente a 37,9% de toda a receita corrente disponível arrecadada naquele ano.

Naquele momento, o Espírito Santo ocupava a terceira pior situação de endividamento de curto prazo entre todos os estados brasileiros. Sua insuficiência financeira só era superada pela do Rio Grande do Sul e Paraná, cujas dívidas de curto prazo atingiram 56,7% e 39,9% da receita corrente disponível, respectivamente.

Para reverter essa situação, o governo que assumiu o Estado em 2003 adotou um conjunto de medidas voltadas a expandir o potencial de arrecadação e controlar os gastos do setor público. Ao mesmo tempo, montou uma engenharia financeira perspicaz, com a venda futura de *royalties* para a União. Essa estratégia efetivamente mudou a forma de administração das finanças estaduais, colocando o Espírito Santo em uma posição diferenciada face às demais unidades da federação, dadas a precocidade e a magnitude do ajuste empreendido.

BOX 2 As contas públicas no pós-Plano Real

Até 1994 o Brasil viveu sob um verdadeiro “regime inflacionário”, com aumentos de preços que, em muitas ocasiões, superavam os 10% ao mês. Ao final de 1989, quando chegou-se ao estágio da hiperinflação, os preços cresceram até 89% num único mês. O setor público adaptou-se de tal forma a esse regime que sua gestão financeira passou a depender da inflação para garantir o mínimo de equilíbrio entre receitas e despesas. A arrecadação tendia a crescer conforme a inflação, já que os tributos eram calculados sobre o valor dos bens e serviços.

Com as despesas, porém, o cenário era diferente, porque os salários do funcionalismo - de longe o principal item de gasto - não tinham mecanismo de reajuste automático à inflação. Num contexto de permanente aceleração inflacionária, a prática de deixar de reajustar, durante alguns meses, os salários dos servi-

dores era em geral suficiente para adequar o valor das despesas ao das receitas.

Quando a inflação cedeu, a partir do Plano Real, em 1994, esse poderoso mecanismo de ajuste via corrosão automática do valor real dos gastos deixou de existir. Adicionalmente, o desempenho da economia manteve-se fraco durante a segunda metade dos anos 1990, comprometendo a arrecadação. Esse novo cenário explicitou a fragilidade financeira da maioria dos estados e de muitos municípios, cuja situação fiscal vinha sendo camuflada pela inflação permanente. A partir dali, grande parte das unidades da federação passaria a apresentar déficits orçamentários recorrentes.

No Espírito Santo, a situação logo após o Plano Real beirava o colapso. Em 1994, o Estado abriu mão de sua participação na Espírito Santo Centrais Elétricas

(Escelsa), empresa estadual de distribuição de energia. Os recursos com a venda das ações, que deveriam ter sido empregados para capitalizar o fundo estadual de previdência, foram pulverizados, naquele ano eleitoral, em convênios com os municípios e para complementar o pagamento da folha de pessoal, pois já começavam as dificuldades de quitá-la mensalmente.

Em 1995, o governo que assumia concedeu um reajuste de 25% aos servidores públicos logo no primeiro trimestre da gestão, o que fez com que apenas o gasto com pessoal consumisse mais de 90% da receita corrente disponível arrecadada naquele ano. Nessas circunstâncias, o espaço para a realização dos demais gastos (administrativos, financeiros e de investimento) tornou-se extremamente reduzido, sendo necessária a contratação de sucessivas operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) a fim de tapar as des-

pesas não cobertas por recursos correntes do tesouro estadual. Como resultado, o Estado registrou um rombo orçamentário equivalente a 26,5% da receita corrente disponível, a quarta pior posição do país.

A situação das finanças capixabas permaneceria bastante vulnerável durante toda a segunda metade dos anos 1990. A política financeira adotada pelo Estado estava fora de sintonia com o ambiente de baixa inflação, especialmente com relação às despesas de pessoal, que consumiram em média 87% da receita corrente disponível entre 1995 e 1999.

O orçamento do Espírito Santo manteve uma situação cronicamente deficitária nesse período, com as despesas superando, em média, mais de 20% das receitas correntes disponíveis. Esse quadro de forte deterioração das finanças públicas capixabas somente seria revertido de maneira definitiva a partir de 2003.

2 Readequação do perfil de endividamento

Em 2003, os governos estaduais recém-eleitos, sob o impacto da crise que reduziu suas receitas totais disponíveis em 5%, promoveram um corte nos gastos, notadamente em pessoal (-5,1%) e investimentos (-28,1%), ao mesmo tempo em que reduziram o endividamento de curto prazo, que passou de R\$ 25,1 bilhões para R\$ 21,7 bilhões, de 2002 para 2003.

Nesse mesmo momento, o Espírito Santo se diferenciou das demais unidades federadas pela intensidade com a qual promoveu seu ajuste. O Estado apresentou um bom desempenho, ao aumentar em 7,9% sua receita corrente disponível em termos reais, ao contrário dos demais, que assistiram a uma queda de 2%.

Mesmo diante do aumento de receita, o Estado realizou um corte profundo em seus gastos com pessoal (-5,9%), custeio (-5,1%) e, notadamente, investimentos (-44,8%), ao mesmo tempo em que realizou a operação de venda da receita futura de *royalties*. O conjunto dessas medidas tornou possível reverter o quadro de endividamento de curto prazo e dar início ao processo de adequação da folha de pagamento de pessoal à capacidade de financiamento do Estado.

A venda dos *royalties* foi importante para o processo de ajuste fiscal do Estado. A operação foi concretizada em 2003, após a aprovação da Lei Estadual nº 7.467, de 23 de junho de 2003, que autorizou o Poder Executivo a utilizar o crédito antecipado dos *royalties* no limite máximo de R\$ 360 milhões.

Essa iniciativa permitiu que, já em 2003, ingressassem no caixa do Estado a quantia de R\$ 254,1 milhões (em valores da época). Desse total, R\$ 143 milhões foram destinados ao Fundo Estadual de Previdência e R\$ 111 milhões



Escola Estadual
Dom José Dalvit,
em Montanha

serviram para quitar a dívida com a União, que, por conta da regularização da situação do Estado, liberou uma caução de R\$ 42,3 milhões. Entre 2004 e 2005, o Estado recebeu mais R\$ 124,5 milhões, também relativos à venda antecipada de *royalties*.

Os recursos obtidos da venda da receita futura de *royalties* foram essenciais para trazer maior tranquilidade à administração das finanças estaduais. De um lado, a estrutura de ativos do Fundo de Pre-

vidência se ajustou aos compromissos relacionados aos benefícios dos segurados, eliminando a necessidade de o Tesouro Estadual aportar volume ainda maior de recursos em um momento posterior, quando o desequilíbrio teria inevitavelmente se acumulado. De outro, impediu-se que o custo financeiro da dívida do Estado junto à União sofresse um acréscimo expressivo, o que seguramente traria problemas financeiros à frente.

3 Recuperação da arrecadação

No campo da receita, as ações se voltaram principalmente para a adequação da legislação tributária às necessidades do Estado. Esse movimento foi guiado por uma dupla preocupação. Era preciso eliminar diversas distorções que acabavam por deprimir a capacidade de arrecadação do fisco estadual.

Além disso, era fundamental aprofundar a condição da política tributária indutora do desenvolvimento, através da criação de uma estrutura de incentivos que contribuísse para o aumento da geração de empregos e alimentasse o próprio crescimento da receita de tributos, via estímulo de atividades relevantes para a economia capixaba.

Para lidar com o problema do baixo potencial arrecadador, foi feita uma profunda revisão das normas tributárias vigentes no Estado. Entre as ações mais importantes, pode-se citar o cancelamento de cerca de 400 regimes especiais de ICMS, que configuravam privilégios fiscais injustificáveis, e a cassação de liminares que impediam determinadas empresas de submeterem-se ao regime de substituição tributária, algumas delas dos segmentos de bebidas e combustíveis.

No âmbito dos incentivos fiscais à atividade produtiva, foram reduzidos os encargos tributários de microempresas e empresas de pequeno porte, assim como de alguns setores econômicos com forte presença na economia local (metal-mecânico, moveleiro, vestuário, calçadista, laticínios, avicultura, suinocultura e outros), e de determinados produtos (alimentação, higiene e limpeza, e óleo diesel, dentre outros).

Essas ações de aperfeiçoamento efetivamente reduziram a carga tributária sobre a atividade produtiva no Estado, e vieram reforçar o papel desempenhado por três importantes mecanismos de concessão de incentivos financeiro e fiscal: o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), o Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espí-

rito Santo (Invest-ES) e o Programa para Incremento da Competitividade Sistêmica do Estado do Espírito Santo (Compete-ES) – veja mais detalhes no Box 3.

Simultaneamente ao processo de revisão da legislação tributária, a Receita Estadual passou por uma profunda reestruturação. Os auditores fiscais passaram por um amplo programa de capacitação e novas tecnologias passaram a ser empregadas na atuação do fisco estadual, potencializando a sua capacidade de monitorar as atividades econômicas e coibir a sonegação por meio de ações de inteligência fiscal.

Essa série de medidas permitiu que, já em 2003, a receita do ICMS – principal item de arrecadação do Espírito Santo – registrasse um crescimento real de 6,9%, desempenho particularmente expressivo, tendo em vista que esse foi um ano de crise para a economia brasileira. De fato, a baixíssima expansão de 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003, repercutiu diretamente na arrecadação do ICMS em todo o país, contribuindo para que o tributo registrasse queda real de 0,8% em relação a 2002 no conjunto dos estados brasileiros.

A partir de então, o volume de ICMS arrecadado no Espírito Santo aumentaria continuamente, sob o impacto do intenso ciclo de crescimento da economia brasileira iniciado em 2004, no qual a base produtiva do Estado acabou desempenhando um importante papel (confira mais informações no Box 4). Entre 2003 e 2008, o ritmo de aumento da arrecadação do ICMS capixaba ficou entre os cinco maiores do Brasil (Gráfico 3 e Tabela 1).



Usina de tratamento de gás natural (foto), termelétrica e indústria de gás químico são empreendimentos em Linhares

ARQUIVO PETROBRAS (UTGC)

BOX 3 Política tributária e desenvolvimento no Espírito Santo

Desde a década de 1970, o Espírito Santo conta com um importante mecanismo de estímulo às atividades produtivas. O Fundap, instituído pela Lei Estadual nº 2.508, de 22 de maio de 1970, concede incentivos financeiros a empresas com sede no Espírito Santo que realizem operações de importação pelos portos estaduais. O mecanismo tem contribuído para estimular o crescimento de toda uma cadeia de serviços em torno das atividades de exportação, além de demandar um conjunto de investimentos na infraestrutura portuária.

Mais recentemente, em 2003, o governo do Espírito Santo criou outro instrumento de política tributária voltado a impulsionar o desenvolvimento da atividade econômica local, o Invest-ES, que apoia pro-

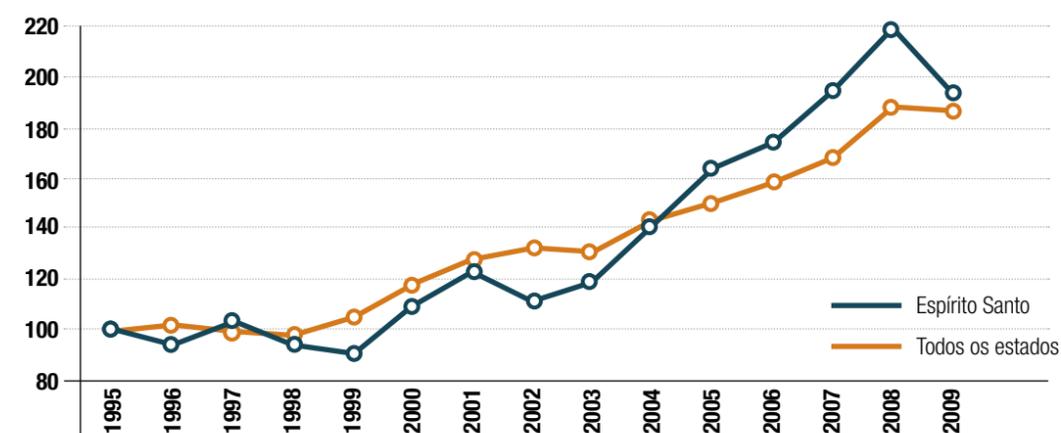
jetos de investimento que envolvam renovação tecnológica, aumento da competitividade, geração de emprego e renda e contribuam para reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Também em 2003 foi criado o Compete-ES. Voltado nesse caso para a competitividade setorial, o Programa tem como objetivo contribuir para a expansão e modernização dos setores produtivos presentes no Estado. No âmbito do Compete-ES, governo e iniciativa privada, juntos, estabelecem um conjunto de ações indutoras ao aumento da competitividade das organizações, visando dar-lhes maior competitividade no contexto local, nacional e internacional, de tal forma a garantir um desenvolvimento sustentável dos negócios em território capixaba.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E NO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, 1995-2009

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009) e Brasil (2010a)

Ano base 1995 = 100



BOX 4 A dinâmica da economia capixaba e a evolução do ICMS

A base econômica do Estado do Espírito Santo foi moldada a partir de grandes investimentos dos setores extrativo mineral, de siderurgia e celulose, datados da década de 1970. Foram projetos desenvolvidos no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), programa voltado ao enfrentamento de gargalos na estrutura produtiva do país, por empresas como Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Tubarão (atual Arcelor-Mittal Tubarão), Samarco Mineração e Aracruz Celulose. Os estímulos exercidos por esse núcleo dinâmico ampliaram a demanda por serviços especializados, especialmente em logística de transporte rodoviário e portuário.

Além desses fatores estritamente econômicos, a política de incentivos financeiros do setor público estadual definiu o perfil da economia capixa-

ba e ampliou o potencial de arrecadação tributária. No período mais recente, com o aumento das atividades de prospecção de petróleo e a perspectiva de exploração da camada pré-sal, os investimentos da Petrobras e de outras empresas da cadeia produtiva petrolífera e de gás também passaram a ter papel relevante na economia local.

Nos últimos anos, a economia do Espírito Santo tem sido palco de um processo de ganhos de escalas em importantes setores da indústria em termos de dinamismo e tecnologia. Para se ter uma dimensão desse movimento, em 1996 as empresas capixabas dos setores de extração mineral e petróleo, metalurgia básica, celulose e metal-mecânica respondiam por 26% do Valor de Transformação Industrial nacional (indicador medido pelo IBGE, cujo conceito se aproxima da ideia de valor adicionado). A parcela, que já era

bastante significativa, atingiu em 2007 impressionantes 37,6% do total nacional, indicando que o Estado construiu de fato uma vocação econômica associada aos setores mais dinâmicos do ramo de bens intermediários.

Essa base econômica industrial fez com que o Espírito Santo se sobressaísse durante o ciclo recente de crescimento da economia brasileira de 2004-2008. Capiteada pelo desempenho de sua indústria exportadora, que experimentou sensível elevação de preços no mercado internacional, pela logística privilegiada de seus portos e pelos diversos segmentos da economia local impulsionados por essas atividades, a economia capixaba cresceu à frente do PIB nacional. Os dados disponíveis indicam que o PIB do Espírito Santo cresceu em média 5,3% ao ano no período 2002-2007, contra 4% de crescimento do PIB nacional.

Acompanhando esse movimento, o ritmo de expansão do ICMS no período 2003-2008 atingiu

em média 12,9% ao ano em termos reais, enquanto o conjunto dos estados do Brasil registrou crescimento médio de apenas 7,4%. Particularmente no segmento da indústria, o recolhimento de ICMS capixaba manteve um crescimento excepcional, 20% ao ano entre 2003 e 2008 em termos reais. Como consequência dessa performance, a participação do Espírito Santo no ICMS arrecadado no país nesse período saltou de 2,5% do total para 3,2%.

O ritmo de expansão do ICMS é um elemento crucial para explicar o processo de ajuste fiscal do Espírito Santo. Em 2008, esse tributo respondia por percentual superior a 45% da receita total disponível do Estado. Em 2010, já em plena recuperação da crise econômica mundial que atingiu o Brasil ao final de 2008, a arrecadação do ICMS deverá crescer, em termos reais, 5,8%, contribuindo de maneira fundamental para o crescimento da receita do setor público capixaba.

TABELA 1 • TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL DA ARRECADAÇÃO DO ICMS DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE E DO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, POR PERÍODO, 1999-2009

Estado e região	Taxa média anual de crescimento real ¹		
	1999-2003	2003-2008	2008-2009
São Paulo	2,9%	7,8%	-1,9%
Rio de Janeiro	4,1%	4,6%	0,3%
Minas Gerais	5,1%	9,9%	-6,9%
Espírito Santo	7,1%	12,9%	-11,8%
Sudeste	3,7%	7,8%	-3,1%
Total dos estados	5,9%	7,4%	-1,1%

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1999-2009) e Brasil (2010a).
Nota: ¹ valores corrigidos pelo IPCA médio de 2009.

A expansão econômica também impulsionou o crescimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que, sob o impacto do grande aumento da frota de veículos estimulado pela expansão do crédito em melhores condições de juro e prazo, registrou uma elevação de 19,7% ao ano, em termos reais, no mesmo período, a mais alta entre todos os estados brasileiros (Gráfico 4).

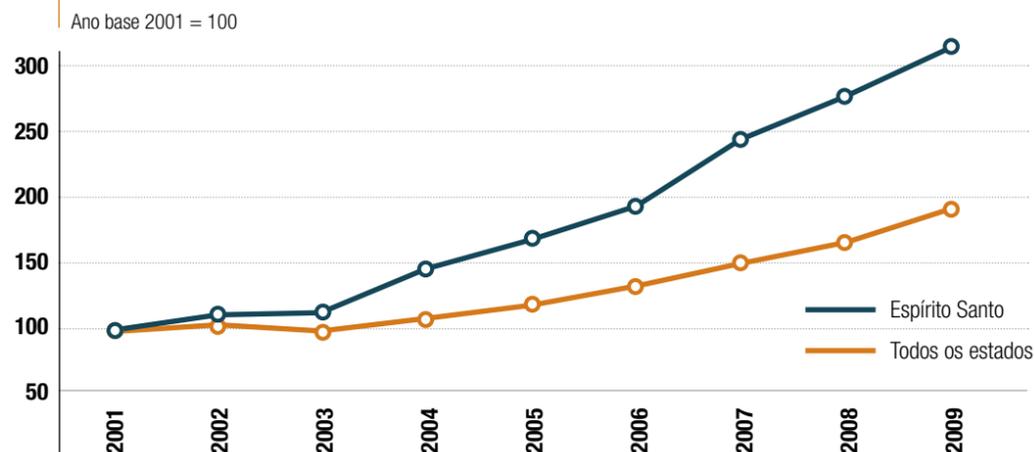
Outro fator decisivo foi a mudança de procedimento da Receita Estadual, que passou a atu-

ar em duas frentes. Uma primeira iniciativa foi a adoção da tabela de preços de veículos automotores elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Fundação Getulio Vargas (FGV), o que lhe permitiu ampliar a classificação dos modelos que servem como referência à definição da base de cálculo, que passaram de 1,8 mil para cerca de 11 mil modelos.

Esse trabalho ampliou a base tributária do IPVA, ao mesmo tempo em que conferiu uma maior

GRÁFICO 4 • EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE IPVA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E NO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, 2001-2009

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009) e Brasil (2010a)



Centro de Referência de Assistência Social (Cras), em Águia Branca. A rede conta com 114 centros em funcionamento em 71 municípios no Estado

ALAIR CALIARI

BOX 5 Royalties e participações especiais: receitas associadas à exploração de petróleo e gás natural

Os *royalties* de petróleo são uma compensação financeira paga em contrapartida ao direito de exploração e produção de petróleo e gás natural. As empresas concessionárias os recolhem mensalmente ao Tesouro Nacional, que repassa esses recursos aos beneficiários: estados e municípios que sediam os campos de petróleo e gás, além do Comando da

Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e Fundo Especial administrado pelo Ministério da Fazenda.

O montante dos *royalties* corresponde a um percentual entre 5% e 10% da produção de petróleo e gás natural, definido de acordo com as condições geológicas, expectativas de produção e outras características do campo. A distribuição entre

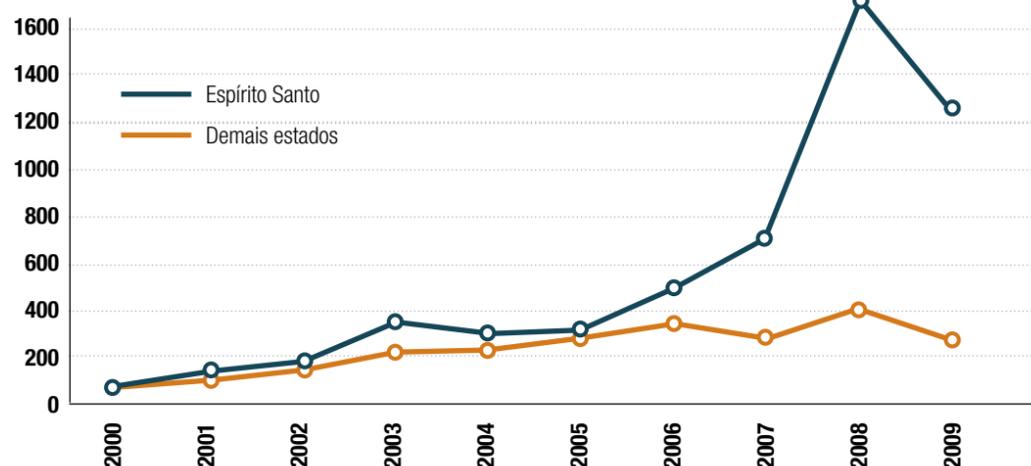
justiça tributária ao minimizar as iniquidades administrativas na arrecadação do imposto. Simultaneamente, o Estado adotou medidas punitivas mais severas, passando a inserir os inadimplentes com o IPVA no Cadastro Informativo do Registro de Pendências de Pessoas Físicas e Jurídicas (Cadin), deixando-os assim impedidos de obter a certidão negativa de débito estadual.

Da mesma forma, as receitas de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural, os *royalties* e as participações especiais (veja mais detalhes no Box 5), cresceram consideravelmente a partir de 2006, impulsionados pelo início da produção nos campos petrolíferos de Golfinho e Jubarte e pela elevação do preço internacional do petróleo (Gráfico 5). Em 2008 o Espírito Santo alcançaria a segunda posição no *ranking* dos 10 estados receptores de *royalties* no país.

GRÁFICO 5 • EVOLUÇÃO DOS ROYALTIES E DAS PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DEMAIS ESTADOS, 2000-2009

Fonte: adaptado de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2010)

Ano base 2000 = 100



os beneficiários é feita por um cálculo complexo.

Além dos *royalties*, existe uma compensação financeira complementar, realizada em caso de grande volume de produção de petróleo ou gás natural ou de grande rentabilidade, a chamada Participação Especial.

O valor das compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural depende diretamente do volume produzido, do preço desses insumos no mercado internacional e do valor do

dólar no mercado doméstico de divisas estrangeiras, cuja variação acaba afetando o valor dos insumos em reais.

Com relação ao uso dos recursos por parte dos estados e municípios beneficiários desse tipo de receita, há duas restrições: é vedada a sua destinação tanto ao pagamento de dívidas, exceto àquelas para com a União e suas entidades (como o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), quanto ao custeio da folha de pessoal.

Associado ao comportamento satisfatório dos demais itens da arrecadação, esse desempenho dos impostos e das receitas decorrentes da exploração do petróleo e gás fez com que a receita do Espírito Santo aumentasse de maneira expressiva a partir de 2003.

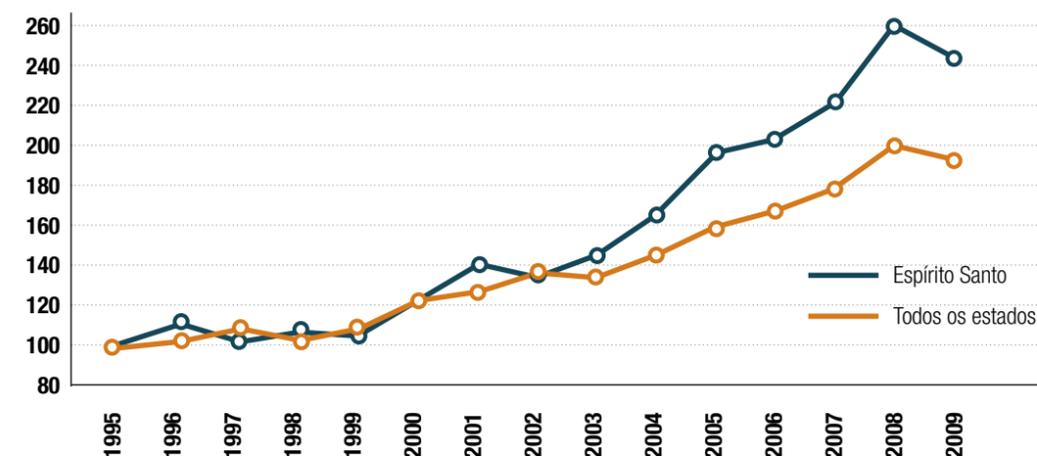
Embora esse movimento tenha sido um fenômeno nacional, o processo de adequação da es-

trutura tributária do Espírito Santo e a performance de sua economia contribuíram para que o Estado apresentasse um desempenho nitidamente destacado em relação ao conjunto da federação (Gráfico 6). Entre 2003 e 2008, a receita corrente do Espírito Santo cresceu, em média, 12,3% ao ano, em termos reais, contra 8,3% da média nacional. Esse ritmo foi o sexto mais intenso entre todos os estados do país.

GRÁFICO 6 • EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE DISPONÍVEL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, 1995-2009

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009) e Brasil (2010a)

Ano base 1995 = 100



Diante desse cenário, é possível afirmar que a recuperação da arrecadação capixaba ocorrida nos últimos anos foi intensa e contribuiu para transformar

a estrutura de financiamento do governo do Espírito Santo, estabelecendo um novo patamar para a sustentação das ações do setor público.

4 Impacto nos municípios

O desempenho da arrecadação dos tributos estaduais impactou fortemente as finanças dos municípios capixabas, que assistiram a um aumento sem precedentes das transferências constitucionais e voluntárias por parte do Estado. Esses recursos representaram cerca de um terço do conjunto das receitas dos municípios capixabas, sendo o item mais importante a parcela de 25% da arrecadação estadual do ICMS transferida aos municípios, conforme estabelece a Constituição Federal.



Rodovia ES-375 ligando Vargem Alta a Iconha

Entre 2003 e 2008, as transferências do ICMS do Estado aos municípios tiveram um crescimento acumulado de 83,1% em termos reais, passando de R\$ 1 bilhão para R\$ 1,8 bilhão, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse desempenho equivaleu a quase o dobro da média nacional, que registrou crescimento de 42,5% em termos reais no período (Tabela 2).

Comparativamente aos demais municípios do Brasil, o ICMS per capita dos capixabas, em 2003, era de R\$ 308,00, valor 36,6% acima da média nacional de R\$ 225,40. Essa diferença aumentou ao longo da presente década, atingindo 77,1% em 2008. O Espírito Santo passou então a ocupar a liderança regional no ranking do ICMS per capita, ano em que o repasse por habitante alcançou R\$ 530,58. Os municípios capixabas receberam 81,1% a mais que os vizinhos fluminenses (R\$ 292,9), 71,9% a mais que os mineiros (R\$ 308,69), e 9,4% acima das cidades paulistas (R\$ 485,19) – Gráfico 7.

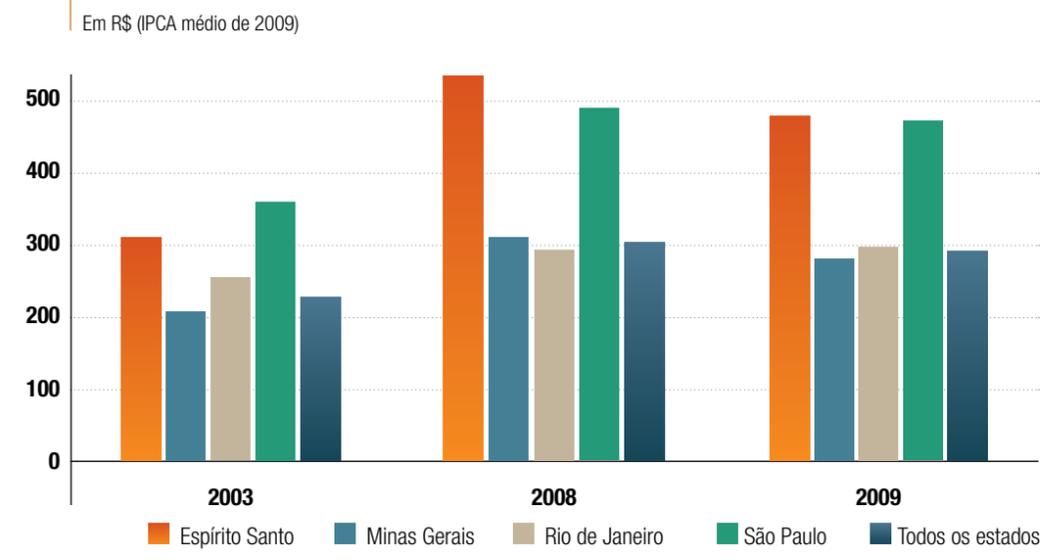
TABELA 2 - TRANSFERÊNCIAS DA PARCELA CONSTITUCIONAL DE 25% DO ICMS TOTAL AOS MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE E DO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, 2003, 2008 E 2009

Estado e região	em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)			Variação (%)	
	2003	2008	2009	2008/2003	2009/2008
Espírito Santo	1.001,1	1.832,5	1.656,8	83,1	-9,6
Minas Gerais	3.838,4	6.127,5	5.555,3	59,6	-9,3
Rio de Janeiro	3.774,3	4.649,0	4.731,8	23,2	1,8
São Paulo	13.788,2	19.898,4	19.336,9	44,3	-2,8
Sudeste	22.397,3	32.488,1	31.253,3	45,1	-3,8
Brasil	39.867,7	56.820,6	55.285,9	42,5	2,7

Fonte: adaptado de Aequus Consultoria (2010).

GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA PARCELA CONSTITUCIONAL DE 25% DO ICMS TOTAL PER CAPITA, DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE E DO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, 2003, 2008 E 2009

Fonte: adaptado de Aequus Consultoria (2010)



BOX 6 O Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais

Embora em termos globais o valor do ICMS per capita transferido aos municípios capixabas seja particularmente elevado na comparação com as cidades dos demais estados brasileiros (em 2008 o valor de R\$ 529,86 por habitante foi 80,9% superior ao dos municípios fluminenses, 71,7% maior que os mineiros e 9,2% acima dos paulistas), a distribuição do tributo é altamente concentrada em um número pequeno de prefeituras.

Em grande medida isso se deve ao fato de que, por determinação constitucional, 75% da trans-

ferência de ICMS aos municípios deve ser feita de acordo com o valor adicionado nas respectivas cidades. Além disso, como alguns poucos municípios do Estado concentram as atividades de exploração de petróleo e gás, a repartição dessas receitas dentro do território estadual tende a ser altamente desigual.

Para atenuar essas disparidades, o Governo Estadual instituiu, em 2006, o FRDR, formado por recursos provenientes dos *royalties* de petróleo e gás. Os recursos destinados ao Fundo são calculados aplicando-se uma alíquota de 5% à parcela de 30%

da receita de *royalties* do petróleo e gás do Estado. Cada município tem direito a recursos do Fundo de forma diretamente proporcional a sua população e inversamente proporcional ao respectivo índice de participação na quota-parte do ICMS.

Assim, os critérios beneficiam os municípios mais populosos e com valores de quota-parte do ICMS abaixo da média. Foram excluídos dos repasses do Fundo os municípios com índices de participação acima de 10%, bem como aqueles beneficiados com *royalties* de petróleo em percentual superior a 2% do total repassado aos municípios do Estado.

Partindo do princípio de que os recursos naturais de petróleo e gás são finitos, a legislação que estabeleceu o FRDR obrigou a aplicação dos recursos exclusivamente em investimentos, visando à criação de infraestrutura capaz de alavancar as potencialidades socioeconômicas locais. Essa fonte de recursos tem sido particularmente importante para muitos municípios capixabas. No biênio 2007-2008, o FRDR respondeu em média por 8,4% dos investimentos realizados pelos governos municipais das cidades contempladas com recursos do Fundo.



Além disso, a boa performance da arrecadação estadual com as compensações financeiras decorrentes da exploração do petróleo e gás permitiu ao governo do Estado instituir o Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais (FRDR), importante mecanismo de compensação do efeito concentrador das transferências do ICMS aos municípios (confira mais detalhes no Box 6). No biênio 2007-2008, o FRDR respondeu em média por 8,4% dos investimentos realizados pelos governos municipais das cidades contempladas com recursos do Fundo.

Além das transferências constitucionais e legais, os municípios capixabas assistiram a um forte aumento das transferências voluntárias. Após uma forte contenção em 2002 e 2003, as transferências estaduais de capital no Espírito Santo apresentaram acentuada expansão nos anos seguintes, atingindo o ápice em 2006, quando totalizaram R\$ 154,3 milhões (Gráfico 8).

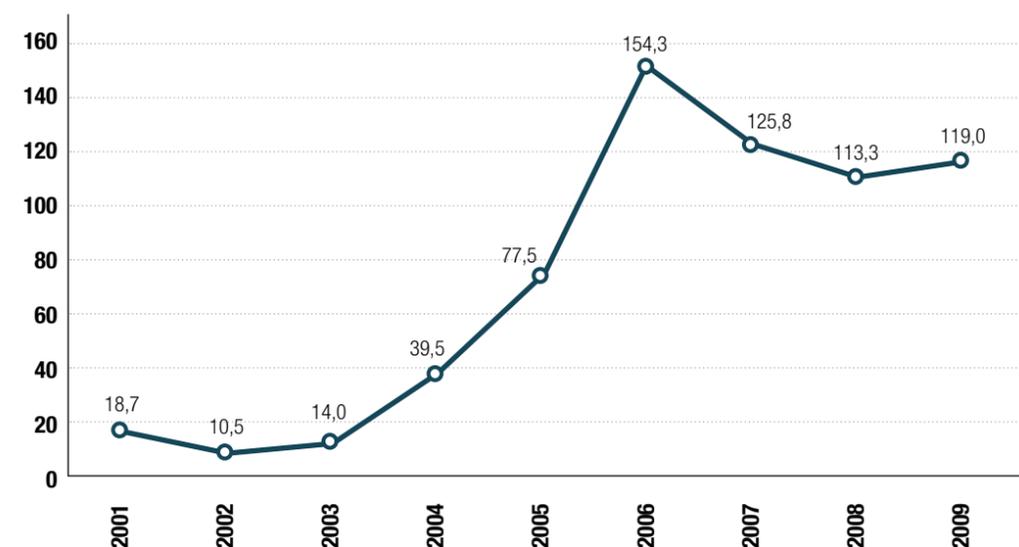
Sessenta e seis Unidades Saúde da Família estão sendo implantadas em 50 municípios

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

GRÁFICO 8 • EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL VOLUNTÁRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO AOS MUNICÍPIOS, 2001-2009

Fonte: adaptado de Espírito Santo (2010b)

Em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)



Os recursos transferidos voluntariamente pelo Estado têm se constituído numa importante fonte complementar para os investimentos dos municípios capixabas, notadamente para as pequenas cidades. Considerando o período 2005-2008, ou seja, um ciclo completo da administração municipal, eles responderam por 27,1% do total dos investimentos efetuados pelas cidades com até 50 mil habitantes. Naquelas com população acima desse número, o percentual cai para 6,5%. Em que pese esse indicador, o maior volume de recursos também foi carreado para as cidades com população até 50 mil habitantes, que ficaram com 69,2% das transferências voluntárias, contra 30,8% das demais, no mesmo período.

5 Captação de novos recursos

A completa inversão da situação de endividamento de curto prazo associada à expansão da receita foram fatores decisivos para melhorar o perfil do endividamento do setor público capixaba. O Governo Estadual realizou inclusive novas operações de crédito sem prejudicar a saúde financeira de suas contas. Entre 2003 e 2008 o Estado contraiu empréstimos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), à Caixa Econômica Federal (CEF) e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os recursos levantados através dessas operações foram destinados ao financiamento de investimentos específicos associados ao Programa Rodoviário do Espírito Santo II, ao Programa Pró-moradia, e ao Programa de Investimentos em Transporte Coletivo e na Circulação Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória (Transcol III).

Além disso, operações contratadas em gestões anteriores tiveram continuidade em seus desembolsos, incluindo o empréstimo junto à CEF no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Fazendas Estaduais (Pnafe) e financiamentos concedidos pelo Banco Mundial, destinados a projetos de ampliação do serviço de coleta e tratamento de esgoto do Programa de Despoluição e Saneamento do Espírito Santo (Prodesan), e obras de abastecimento de água, integrante do Projeto Águas Limpas, do governo capixaba.

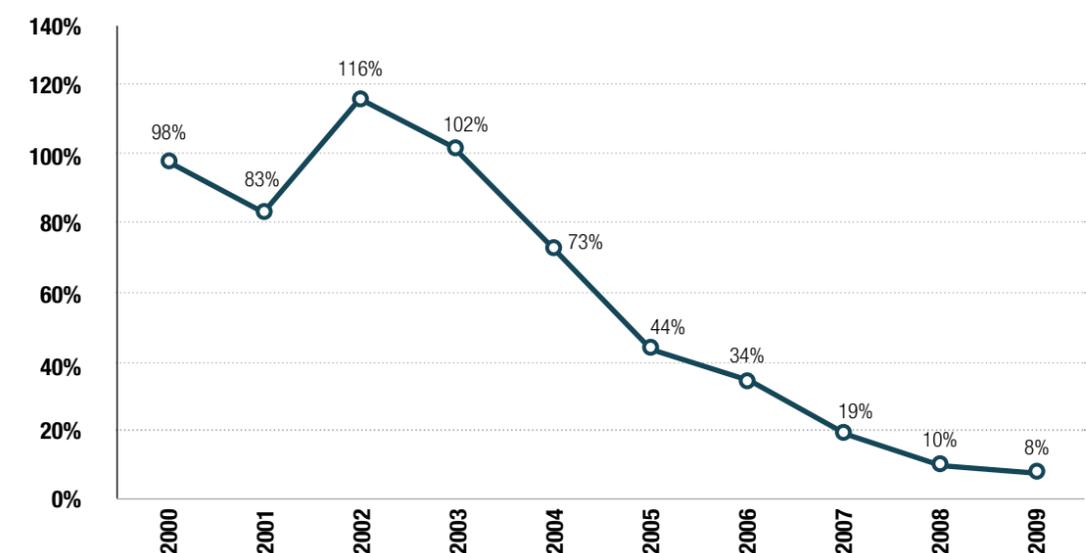
Esses vários empréstimos complementaram os recursos próprios aplicados pelo Governo Estadual na infraestrutura, e se mantiveram absolutamente compatíveis com a capacidade de pagamento do Estado. De fato, a situação de endividamento de longo prazo do setor público capixaba, medida pela relação



Terminal Urbano de Integração Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, em Itaparica, Vila Velha. Foram entregues quatro novos terminais (Jardim América, São Torquato, Coqueiral de Itaparica e Jacaraípe) e reformado o de Laranjeiras

entre a dívida consolidada líquida (dívida com prazo superior a 12 meses, deduzida dos haveres financeiros) e a receita corrente líquida, teve uma trajetória extremamente favorável no período 2002-2008 (Gráfico 9).

GRÁFICO 9 - PROPORÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2000-2009



Fonte: adaptado de Brasil (2010b)

6 Gasto público

A mudança na forma de gestão da despesa pública foi outro elemento central do ajuste fiscal do Espírito Santo. A mencionada situação de intenso desequilíbrio financeiro do início de 2003 exigia medidas imediatas de adequação dos gastos do Estado à sua base de financiamento. Assim, uma das primeiras ações do governo logo após o início do mandato foi substituir o projeto de lei orçamentária para o exercício, ainda em tramitação na Assembleia Legislativa, por uma proposta elaborada em bases realistas, com cortes significativos nas despesas programadas para todos os poderes.

A partir daí, durante todo o primeiro ano de governo, a administração das finanças do Estado buscou não só manter a despesa abaixo da arrecadação corrente, mas também regularizar compromissos vencidos, envolvendo especialmente os salários dos servidores e os pagamentos a fornecedores.

Ao final de 2002, existia em torno de três folhas de pessoal em atraso. Essa dívida foi totalmente equacionada ainda durante o primeiro ano de governo e, desse momento em diante, o pagamento ao funcionalismo passou a ser feito rigorosamente em dia. De forma semelhante ao que ocorreu com os salários dos servidores, foram regularizados compromissos pendentes de custeio da máquina, envolvendo serviços e suprimento de insumos por terceiros.

Esse processo de regularização das dívidas de curto prazo no primeiro ano de governo obrigou a administração a fazer um esforço de contenção das demais despesas, para impedir que o Estado fechasse o ano novamente no vermelho. Os gastos com pessoal, em 2003, ficaram 5,9% abaixo dos registrados em 2002, em valores já descontados da inflação. No caso do custeio, a queda real no primeiro ano de governo atingiu 5,1%.

Tais reduções são significativas, levando-se em conta que a despesa de pessoal é regida por mecanismos legais que acarretam o crescimento vegetativo de vários de seus componentes, e que os contratos de fornecimento de insumos e serviços normalmente têm cláusulas de reajuste conforme a inflação. Particularmente, no que diz respeito ao gasto com custeio, o governo negociou



Rodovia Leste-Oeste ligando Cariacica a Vila Velha

ALAIR CALIARI

reduções de preços em diversos contratos junto a empresas fornecedoras, o que foi fundamental para a redução de gastos.

Mas o item que sofreu maior retração em 2003 foi o de investimento, que caiu 44,8% em termos reais em relação ao exercício anterior. Naquele ano, o Estado investiu apenas R\$ 150 milhões, o menor volume desde 1999. Esse sacrifício das despesas, que caracterizou os momentos iniciais da gestão iniciada em 2003, decorreu do imperativo de readequar a estrutura de gastos do Estado ao seu potencial de arrecadação, em um cenário marcado por um volume significativo de compromissos vencidos.

Tratava-se, portanto, de criar as condições necessárias à retomada dos gastos fundamentais para a atuação do setor público no Estado num momento seguinte, em um patamar ainda mais elevado, porém compatível com sua real capacidade de financiamento.

Após a contenção de 2003, a despesa de pessoal entrou em ascensão, crescendo a uma taxa média de 6,8% ao ano, em termos reais, até o ano de 2008. Entretanto, esse aumento do valor da folha decorreu não da ampliação das contratações, mas da política de recuperação dos vencimentos dos servidores empreendida pelo governo, a partir do diagnóstico de que a qualidade dos serviços prestados à população ficava muitas vezes aquém do desejado, entre outras razões, devido à baixa remuneração de diversas categorias de servidores e à ausência de perspectivas de progressão nas carreiras (Tabela 3).

TABELA 3 - NÚMERO DE SERVIDORES ATIVOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR VÍNCULO EMPREGATÍCIO, 2004, 2006, 2008 E 2009 (MÊS DE REFERÊNCIA - JUNHO)

Vínculo empregatício	2004	2006	2008	2009	Variação 2009/2004		Composição 2009 (em %)
					Absoluta	Relativa (em %)	
Efetivos	31.481	31.874	30.651	30.945	-536	-1,7	57,9
Comissionados	2.402	2.897	3.407	3.458	1.056	44,0	6,5
Designação temporária	22.647	16.599	18.771	17.702	-4.945	-21,8	33,1
Outros	1.436	1.568	1.062	1.324	-112	-7,8	2,5
Total	57.966	52.938	53.891	53.429	-4.537	-7,8	100,0

Fonte: adaptado de Espírito Santo (2010c, d).

Além disso, iniciou-se um processo de revisão de cargos, salários e planos de carreira, que vem se estendendo até o período atual, no qual 31 categorias de servidores (pertencentes às administrações direta e indireta) já tiveram seus Planos de Cargos e Salários reestruturados.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com os servidores de carreira da área fazendária. Em 2006, entrou em vigor o sistema de remuneração por subsídio para os auditores fiscais da Receita Estadual e para os auxiliares fazendários, que estruturou a carreira fazendária e adequou a remuneração dos auditores a padrões nacionais. O novo sistema ajustou a situação dos aposentados e pensionistas e a dos auditores da ativa que desempenhavam funções equivalentes, mas que se encontravam em situação desigual de remuneração.

Em 2009, no mesmo sentido das medidas implantadas para os auditores fiscais, foi estruturada a carreira dos consultores do executivo no âmbito Tesouro Estadual. Tendo por atribuição o controle e contabilidade dos gastos públicos, eles passaram a receber também pelo sistema de remuneração por subsídio.

Essas medidas, que contemplavam as áreas da receita e do tesouro, deram novo vigor à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), acarretando impactos significativos para a melhoria da gestão fazendária e para a execução dos processos de trabalho nos campos da tributação, da arrecadação, da fiscalização e do registro e controle do orçamento público, contribuindo decisivamente para as metas de equilíbrio das finanças públicas no Estado do Espírito Santo.

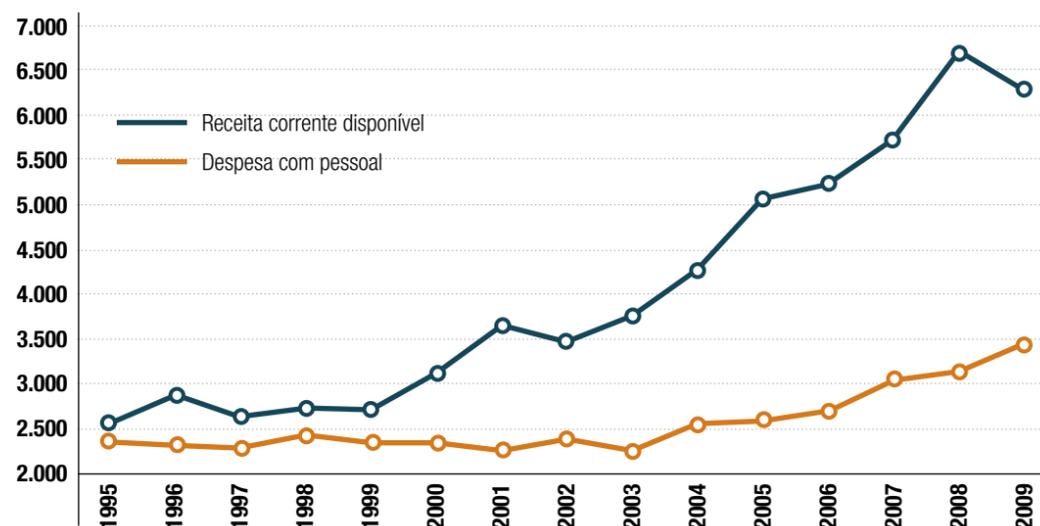
De qualquer forma, apesar do crescimento real, os gastos com pessoal, que durante anos constituíram o principal problema das finanças estaduais, reduziram consideravelmente sua pressão sobre o orçamento. Com um ritmo de expansão muito inferior ao do crescimento da arrecadação, a folha de pagamento passou de 68,7% da receita corrente disponível em 2002 para 46,8% em 2008 (Gráfico 10).



Hospital Estadual Central, em Vitória, com 172 leitos

GRÁFICO 10 • EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE DISPONÍVEL E DA DESPESA COM PESSOAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1995-2009

Em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)



Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009)

Da mesma maneira, os gastos com o pagamento de juros e amortizações das dívidas do Estado reduziram sua proporção na receita corrente disponível. Depois de terem alcançado níveis elevados nos primeiros anos do ajuste fiscal, entre 10% e 14%, quando o governo saldou o compromisso de amortização extraordinária da dívida com a União, os gastos com juros e amortizações passaram a consumir uma parcela declinante da arrecadação do Estado, para atingir 5,7%, em 2008.

Nesse novo cenário das finanças públicas do Espírito Santo, as despesas com custeio e investimento ganharam espaço dentro do orçamento. O aumento dos custos foi uma consequência direta da ampliação da oferta de serviços públicos e dos gastos operacionais e de manutenção decorrentes da expansão dos investimentos.

A ampliação do gasto com serviços foi particularmente elevada na saúde, em função do Espírito Santo ter passado à condição de Gestão Plena do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir daí, a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) ficou responsável por gerir a maior parte dos pagamentos de serviços

BOX 7 Prioridades do gasto público capixaba: Saúde, Educação e Transportes

As áreas de governo em que o gasto público do Estado do Espírito Santo mais se destacou nos últimos anos foram Educação e Saúde. Enquanto os gastos em Educação mais que dobraram entre 2000 e 2008 (crescimento real de 104,1%), no caso da Saúde o aumento foi ainda maior (126,4% no período). Juntas, essas áreas respondiam, em 2008, por mais de 35% do orçamento do governo capixaba.

A priorização dessas áreas é evidente diante da observação de indicadores de gasto no Espírito Santo em comparação ao que ocorreu em outros estados.

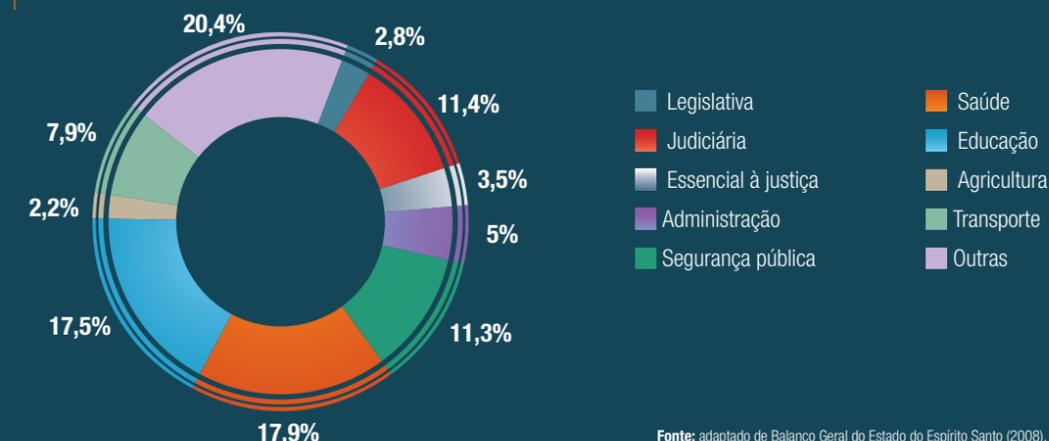
Na Educação, o Espírito Santo despendia R\$ 1.208,23 por aluno em 2002, ocupando a pe-

núltima posição no *ranking* dos 27 estados brasileiros. Em 2008, esse valor foi de R\$ 3.483,27, o nono maior gasto estadual por aluno. O crescimento de 188% durante o período foi o maior entre todos os estados. Embora esse comportamento seja em parte explicado pela queda ocorrida no número de alunos, decorrente do processo de municipalização do Ensino Fundamental, o crescimento do gasto também contribuiu para a boa performance capixaba nessa área.

Com relação à Saúde, o Espírito Santo passou da 12ª posição, com R\$ 141,94 por habitante em 2002, para a oitava em 2008, com R\$ 316,27 per capita. Essa posição foi alcançada porque o Estado registrou o quarto maior aumento na des-

prestados por unidades de saúde (de origem pública e privada) conveniadas ao SUS no Estado. Como consequência, os recursos que antes eram transferidos do Fundo Nacional de Saúde diretamente aos prestadores de serviços passaram a entrar no caixa do Espírito Santo, e o Estado aumentou sua despesa no mesmo volume (mais detalhes no Box 7).

GRÁFICO 11 • DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA SOB A ÓTICA FUNCIONAL, 2008



Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008).

pesa com saúde dentre todos os estados nesse período, tanto no total quanto por habitante.

Outra área do gasto público que mereceu destaque no Espírito Santo nos últimos anos foi a

de Transportes. Apesar de representar uma fatia pequena da despesa total, o setor registrou o segundo maior incremento em termos relativos no período de 2000 a 2008 (Gráfico 11).



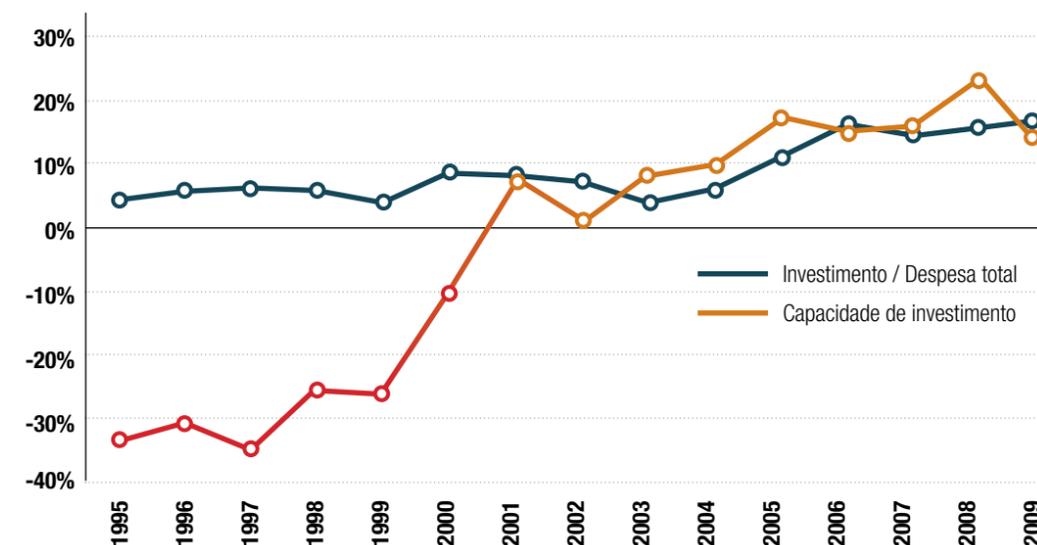
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Escola Estadual
Mário Gurgel,
em Vila Velha

Os investimentos, que antes eram efetuados sem capacidade de financiamento, ganharam progressivamente peso crescente nos orçamentos estaduais, chegando a representar 15,6% do conjunto dos gastos efetuados em 2008 (Gráfico 12). Dada a intensa rigidez que caracteriza o gasto público no Brasil, esse percentual é revelador não apenas da determinação do governo de dire-

GRÁFICO 12 • PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NA DESPESA TOTAL E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1995-2009

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009)



cionar uma parcela expressiva dos recursos provenientes do aumento das receitas para gastos com investimentos, mas também do enorme grau de sucesso da estratégia de crescimento da arrecadação.

É verdade que, em ocasiões anteriores a 2003, o investimento do Governo Estadual até chegou a responder por uma fatia importante da despesa total (em 2000, por exemplo, atingiu 8,6%). Porém, até então, o Estado apresentava uma situação cronicamente deficitária, ou seja, tais gastos eram feitos sem efetiva cobertura em termos de receita, criando uma situação de desequilíbrio financeiro para os exercícios seguintes.

Já a partir de 2003, o que se viu foi uma situação completamente diferente, com a expansão do investimento público de forma simultânea ao registro de crescentes superávits orçamentários, o que permitiu ao Estado investir e ao mesmo tempo gerar poupança financeira sob a forma de sobras de caixa (Tabela 4).



Penitenciária Regional e Centro Prisional Feminino, em Cachoeiro de Itapemirim. A construção de 26 novas unidades vai gerar 9.984 vagas

ALAIR CALIARI

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTO, DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E DA SUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1995-2009

Em R\$ milhões (IPCA médio de 2009)

Ano	Despesa com investimento	Resultado orçamentário	Suficiência financeira
1995	152,4	-684,7	-61,6
1996	226,3	-120,1	-840,8
1997	234,6	-529,3	-268,4
1998	249,8	-710,1	-1.559,8
1999	148,5	-727,5	-2.128,8
2000	324,0	-103,4	-1.434,7
2001	303,0	143,9	-2.049,5
2002	271,6	0,8	-1.686,1
2003	149,9	486,8	174,0
2004	245,9	336,9	139,4
2005	519,9	538,5	837,3
2006	835,3	172,9	1.064,2
2007	840,0	395,9	1.509,4
2008	955,9	917,4	2.538,5
2009	1.178,0	-283,3	2.285,6

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009).

Outra característica do avanço dos investimentos foi o profundo aumento da parcela financiada com recursos do Tesouro Estadual após o ajuste fiscal. No período de 2000 a 2003, 58,2% dos investimentos eram bancados com esses recursos, sendo o restante financiado basicamente por empréstimos. Já entre 2004 e 2008, 85,5% em média dos investimentos foram financiados pelo caixa do Estado. As operações de crédito representaram apenas 7,4% nesse período (Tabela 5 e Tabela 6).

TABELA 5 - INVESTIMENTO TOTAL POR FONTE DE RECURSO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2000-2009

Em R\$ mil (IPCA médio de 2009)

Ano	Caixa do tesouro	Convênios	Operações de crédito	Outras fontes	Total
2000	153.753,3	74.776,4	14.221,9	3.032,0	245.783,7
2001	208.854,6	57.725,7	33.988,0	2.463,7	303.031,9
2002	123.538,2	49.144,9	91.277,3	7.655,1	271.615,5
2003	78.279,2	35.153,5	29.348,0	7.090,6	149.871,4
2004	204.352,6	26.729,4	3.518,6	11.341,2	245.941,9
2005	464.429,2	20.379,9	8.734,7	26.311,5	519.855,4
2006	773.636,1	20.223,8	25.563,4	15.897,0	835.320,3
2007	665.938,1	28.038,7	119.892,6	26.161,4	840.030,7
2008	796.592,3	47.475,4	94.420,3	17.397,0	955.885,0
2009	1.029.620,0	33.257,0	100.258,2	14.820,6	1.177.955,8

Fonte: adaptado de Espírito Santo (2010b)

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DAS FONTES DE RECURSO NO TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2000-2009

Em %

Ano	Caixa do tesouro	Convênios	Operações de crédito	Outras fontes	Total
2000	62,6	30,4	5,8	1,2	100,0
2001	68,9	19,0	11,2	0,8	100,0
2002	45,5	18,1	33,6	2,8	100,0
2003	52,2	23,5	19,6	4,7	100,0
2004	83,1	10,9	1,4	4,6	100,0
2005	89,3	3,9	1,7	5,1	100,0
2006	92,6	2,4	3,1	1,9	100,0
2007	79,3	3,3	14,3	3,1	100,0
2008	83,3	5,0	9,9	1,8	100,0
2009	87,4	2,8	8,5	1,3	100,0

Fonte: adaptado de Espírito Santo (2010b)

7 O Espírito Santo no contexto nacional

A evolução recente dos principais indicadores fiscais do Estado frente às demais unidades federadas deixa evidente o sucesso da estratégia de ajuste e reequilíbrio patrimonial empreendida pelo Governo Estadual a partir de 2003. Os índices não só posicionam o Espírito Santo entre os estados de melhor saúde financeira, como refletem um salto sem precedentes na qualidade das finanças estaduais, que, alguns anos antes, estavam entre as mais frágeis do país.

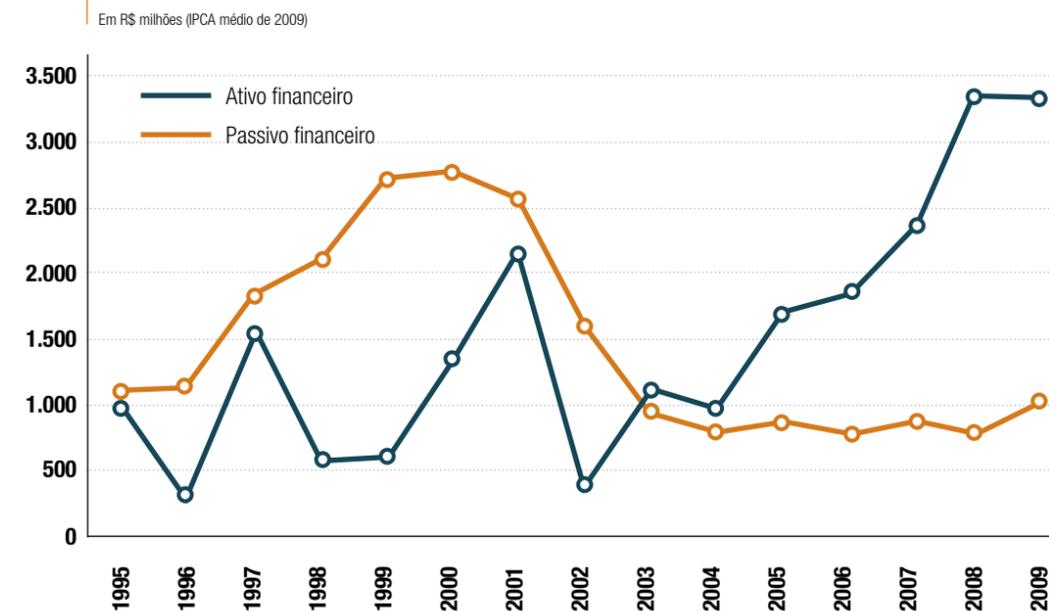
Conforme já mencionado, o setor público capixaba substituiu os crônicos déficits orçamentários por contínuos superávits a partir de 2003, passando a gerar recorrentes sobras de caixa ao final de cada exercício. Mais do que isso, esse movimento de saída do vermelho, empreendido pelo Estado, configurou a mais profunda reversão de endividamento de curto prazo entre todos os estados brasileiros.

O passivo a descoberto de R\$ 1,3 bilhão em 2002 (valor correspondente a 36,3% da receita corrente disponível daquele ano), o terceiro pior do país, se converteu em uma poupança financeira (ativo financeiro superior ao passivo financeiro) equivalente a 4,8% da receita corrente disponível no ano seguinte, colocando o Espírito Santo na terceira posição no *ranking* nacional desse indicador (Figura 1). Desde então, enquanto o passivo financeiro se manteve estável, o ativo registrou contínua elevação (Gráfico 13).

Além disso, o resultado primário do Estado – indicador que exclui das receitas totais os ganhos de aplicações financeiras e, dos gastos totais, os ju-

GRÁFICO 13 • EVOLUÇÃO DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1995-2009

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009).



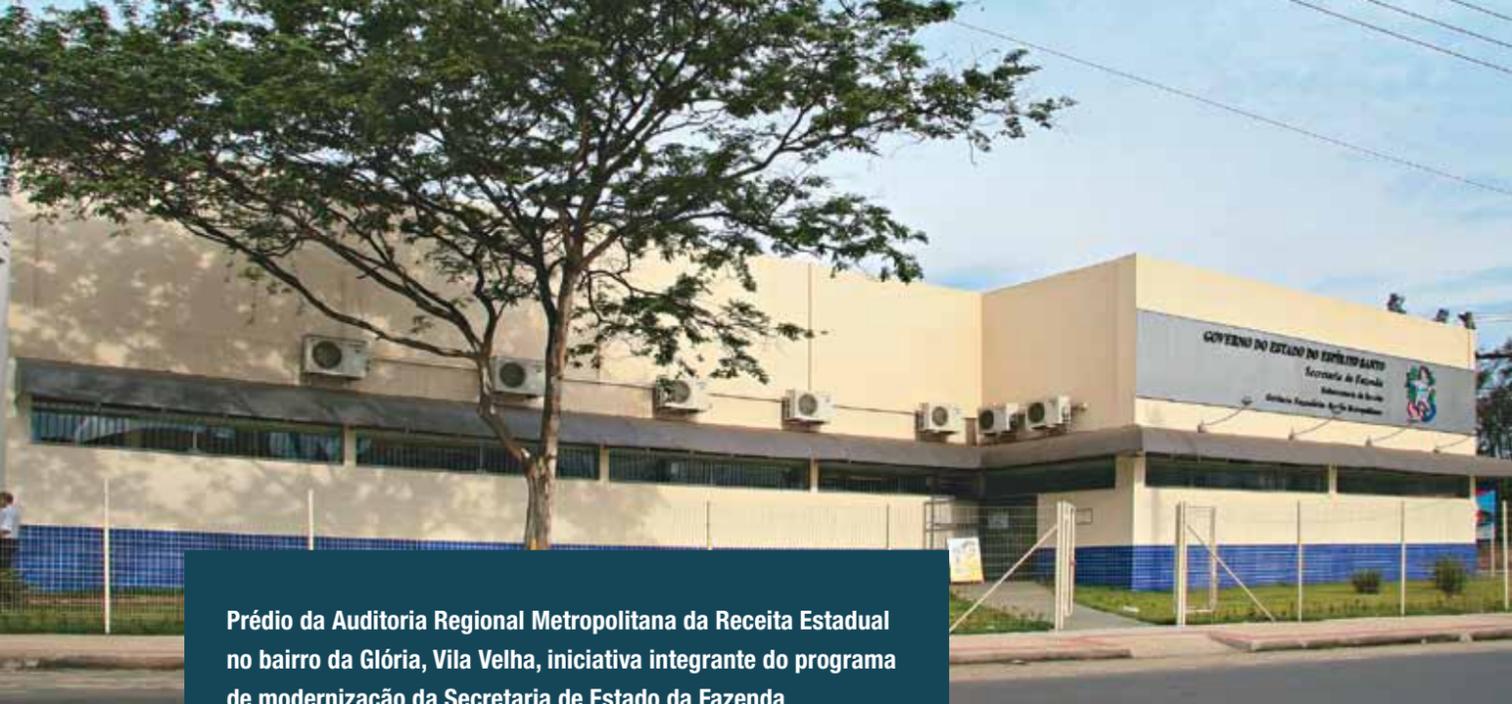
Rodovia Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa, em Serra

VITOR NOGUEIRA

FIGURA 1 • INVERSÃO DA SITUAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2002/2003



Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2002-2003).

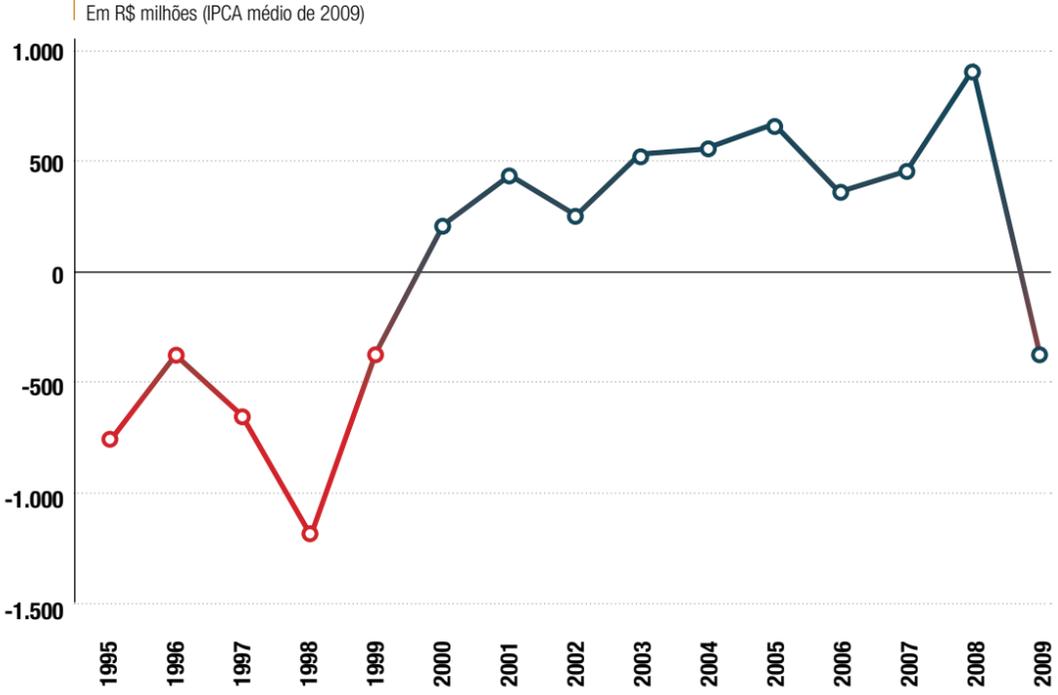


Prédio da Auditoria Regional Metropolitana da Receita Estadual no bairro da Glória, Vila Velha, iniciativa integrante do programa de modernização da Secretaria de Estado da Fazenda

RENATO VICENTINI

GRÁFICO 14 • EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO CONSOLIDADO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1995-2009

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009)



ros e amortizações nominais pagos – manteve-se permanentemente positivo até 2009. Esse desempenho mostra que o Governo Estadual foi capaz de criar na sua estrutura de receita e despesa uma capacidade sólida de arcar com o pagamento dos custos financeiros de sua dívida (Gráfico 14).

Por outro lado, a partir de 2003, as despesas de pessoal e os gastos com juros e amortizações, itens que até então configuravam problemas crônicos do Estado, reduziram consideravelmente a pressão sobre a arrecadação (Gráfico 15 e Gráfico 16).

GRÁFICO 15 • EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RECEITA CORRENTE DISPONÍVEL, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, 1995-2009

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009) e Brasil (2010a)

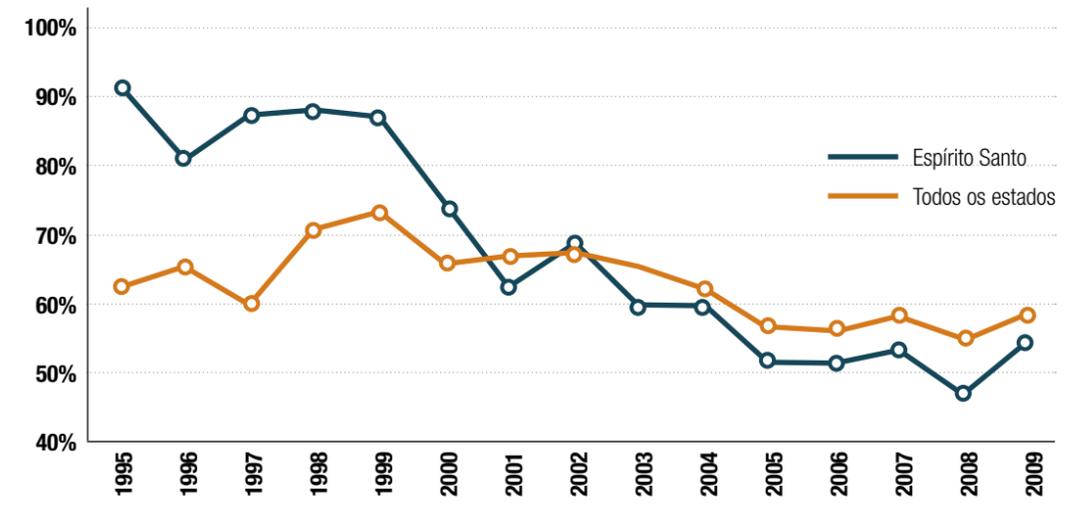
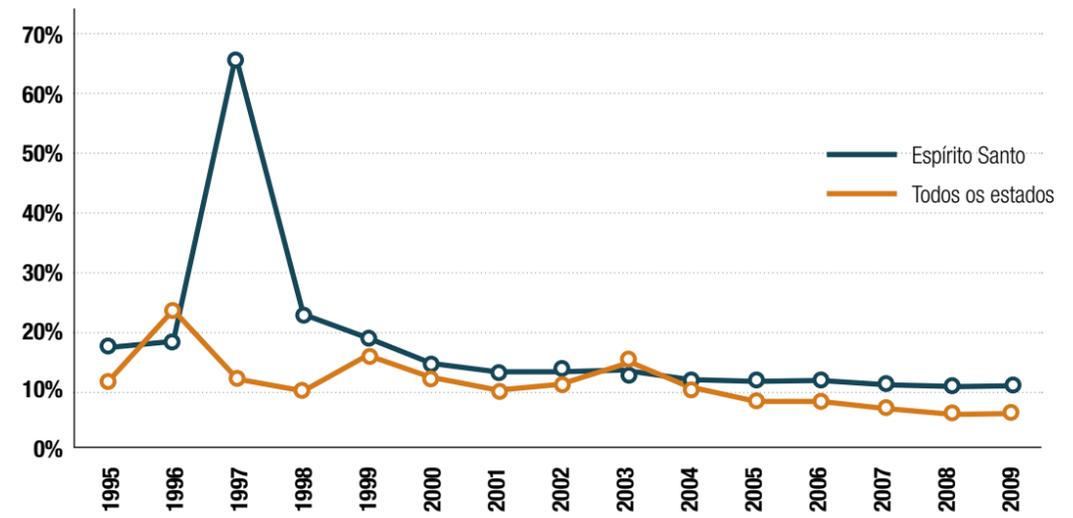


GRÁFICO 16 • EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA DESPESA COM JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA NA RECEITA CORRENTE DISPONÍVEL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, 1995-2009

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009) e Brasil (2010a)



Na segunda metade dos anos 1990, o gasto com pessoal consumia, em média, 87% de toda receita corrente disponível do Governo Estadual, enquanto a média nacional era de 66,4%. A partir de 2003, a proporção de tais gastos sobre a receita corrente foi cedendo paulatinamente, para alcançar 46,8% em 2008, percentual abaixo da média nacional, que atingiu 55,2%. Essa situação foi alcançada graças ao extraordinário crescimento da arrecadação de forma simultânea ao estrito monitoramento das despesas feito pelo governo.

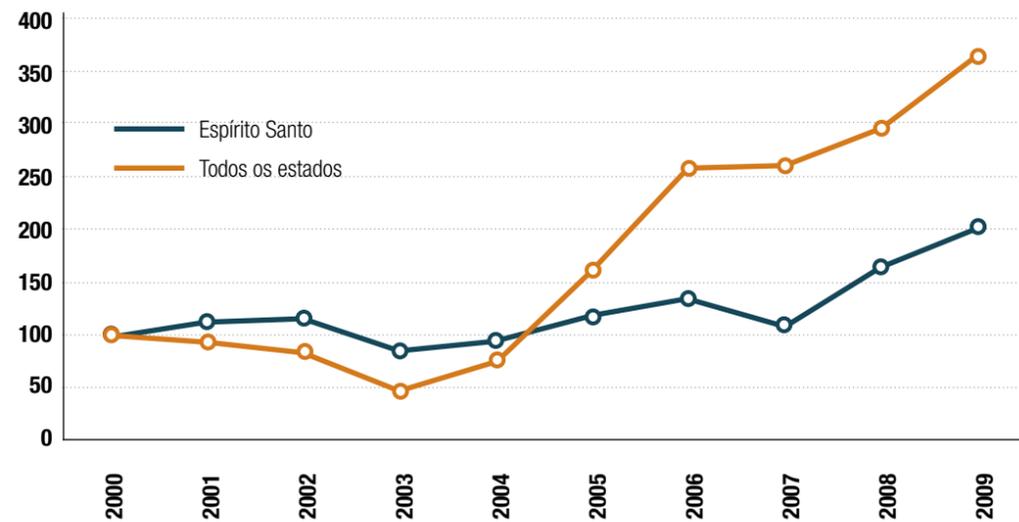
O resultado direto desse movimento foi o alargamento da base de financiamento do investimento público. De fato, a capacidade de investimento do Esta-

do, ou seja, o volume de arrecadação corrente que “sobra”, deduzidas as despesas com pessoal, custeio e serviço da dívida, não apenas se tornou permanentemente positiva, como aumentou significativamente ao longo dos últimos anos. Isso permitiu um crescimento do volume de recursos investidos pelo governo do Espírito Santo em ritmo bem superior ao das demais unidades da federação (Gráfico 17).

GRÁFICO 17 • EVOLUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E NO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, 2000-2009

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009) e Brasil (2010a).

Ano base 2000 = 100



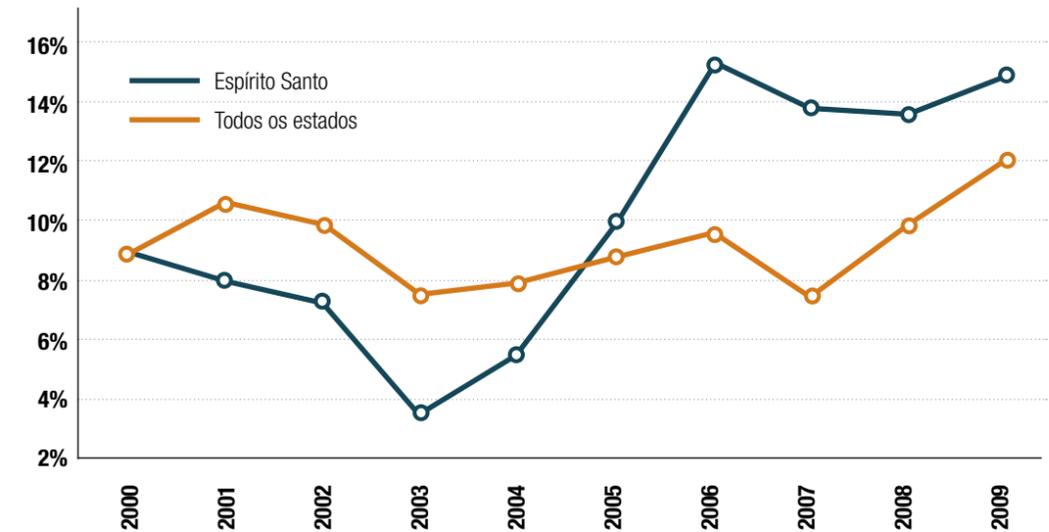
Na Central Faça Fácil, em Cariacica, a população encontra reunidos serviços de 16 órgãos públicos. No atendimento da Secretaria de Estado da Fazenda, por exemplo, é possível obter guias para pagamentos de impostos e taxas e certidões negativas de débito

Com esse desempenho, o Espírito Santo melhorou significativamente sua posição no indicador que mede a parcela da receita destinada para os investimentos. Nos primeiros quatro anos da presente década, o indicador capixaba sempre ficou abaixo da média nacional. Já a partir de 2005 superou ligeiramente a média do conjunto dos estados brasileiros, sendo que em 2008 seu percentual foi de 13,6% da receita total contra 9,8% na média dos demais (Gráfico 18).



GRÁFICO 18 • EVOLUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTO EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL DISPONÍVEL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, 2000-2009

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009) e Brasil (2010a).

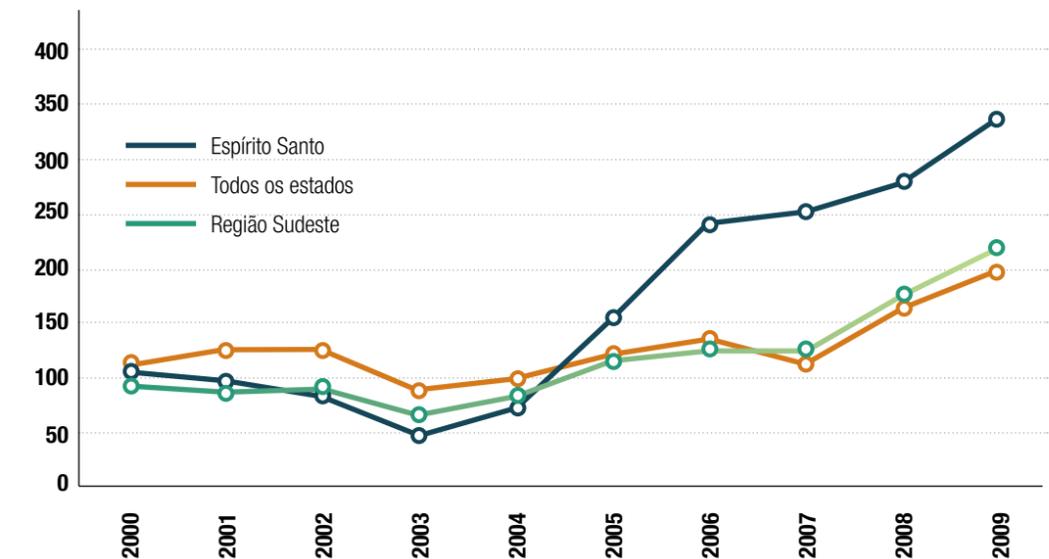


Também o volume de investimento por habitante do Espírito Santo melhorou consideravelmente. Até 2004, o investimento público per capita capixaba era inferior à média nacional e um dos menores do país, situação que se inverteu em 2005, quando o Espírito Santo assumiu definitivamente a liderança do indicador na Região Sudeste (Gráfico 19). Em 2008, o Estado registrou o décimo maior investimento público por habitante entre todos os estados do Brasil.

GRÁFICO 19 • EVOLUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTO PER CAPITA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DOS CONJUNTOS DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE E DO BRASIL, 2000-2009

Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (1995-2009) e Brasil (2010a).

Em R\$ (IPCA médio de 2009)



8 Crise e recuperação

A crise financeira que impactou a economia mundial no final de 2008 provocou uma forte retração da atividade produtiva no Brasil. A economia começou a se recuperar já ao final do primeiro semestre de 2009, mas no cômputo desse ano o PIB nacional acabou registrando uma retração de 0,2%. A receita corrente disponível dos estados, que vinha crescendo aceleradamente a uma taxa média anual de 8,3% no período de 2003 a 2008, sofreu um recuo de 3,3% em relação a 2008.



No Espírito Santo, o vínculo estreito da atividade produtiva local (ainda pouco integrada e centrada em grandes projetos de exportação, no setor metal-mecânico, papel e celulose e pedra ornamentais) com o padrão de dinamismo econômico internacional fez com que a queda na arrecadação fosse especialmente aguda.

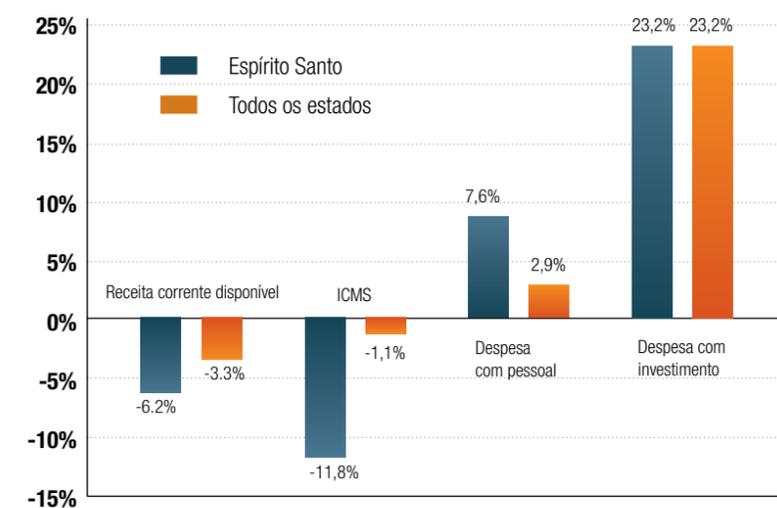
O recuo da receita corrente capixaba, de 6,2%, foi um dos mais intensos do Brasil em 2009, puxado pela retração do ICMS (-11,8%) e das transferências do FPE (-10%), cuja queda, nesse último caso, foi bastante acentuada em razão dos incentivos fiscais sobre o IPI, criados pelo governo federal para estimular a economia. Para se ter uma ideia da magnitude das perdas, o Estado deixou de contar com um volume de receita corrente equivalente a 43,7% do montante gasto em investimento em 2008.

Apesar do cenário de forte queda da arrecadação, o setor público capixaba sustentou o padrão de gastos dos anos anteriores, acompanhando o movimento do conjunto dos estados brasileiros. No caso dos gastos com pessoal, o aumento de 7,6% foi mais intenso do que o observado na média dos estados brasileiros, de 2,9%. Os investimentos, por sua vez, cresceram 23,2%, exatamente o mesmo percentual do conjunto dos estados (Gráfico 20).

Investimentos na Praia Central, em Marataízes, afetada por erosões, estão recuperando seu potencial turístico e devolvendo a balneabilidade ao município

ALAIR CALIARI

GRÁFICO 20 • VARIÇÃO DA RECEITA CORRENTE DISPONÍVEL, ICMS, DESPESA COM PESSOAL E INVESTIMENTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DO CONJUNTO DOS ESTADOS DO BRASIL, ENTRE 2008 E 2009



Fonte: adaptado de Balanço Geral do Estado do Espírito Santo (2008-2009) e Brasil (2010a).

Essa expansão do gasto público em meio à retração generalizada da economia somente foi possível porque o Estado tinha acumulado um considerável colchão de reservas financeiras nos anos anteriores. Em 2008, o Espírito Santo exibia um volume de reservas financeiras de R\$ 2,5 bilhões (ou R\$ 1,7 bilhão, se excluídas as reservas técnicas do instituto estadual de previdência), o maior dentre todos os estados do país. Com relação à receita corrente, a proporção das reservas financeiras do Espírito Santo (37,9% da receita corrente) era a terceira no ranking nacional, inferior apenas à de Roraima e Tocantins, que acumulavam uma poupança equivalente a 51,7% e 40,9% da receita corrente.

Uma parcela correspondente a 18,3% dos recursos disponíveis (desconsiderando os recursos previdenciários) foi utilizada para compensar a queda da arrecadação e bancar os gastos públicos ao longo de 2009. Mesmo assim, o Estado chegou ao final de 2009 mantendo o maior volume de poupança financeira do Brasil, no valor de R\$ 2,3 bilhões, (R\$ 1,4 bilhão se excluídos os valores do instituto estadual de previdência).

A crise tornou evidente, portanto, a importância da solidez fiscal do setor público capixaba. A base financeira construída ao longo dos últimos anos fez com que o governo atravessasse o momento de retração do nível de atividades sem sobressaltos e permitiu que adotasse uma postura anticíclica, atenuando o impacto da crise sobre o emprego e a renda do Estado, o que foi fundamental para estimular a economia local.

Os números referentes ao ICMS em 2010 são animadores. Após o duro golpe sofrido em 2009, a arrecadação do imposto está em plena ascensão (Gráfico 21). No acumulado até setembro de 2010, em valores corrigidos pelo IPCA, a arrecadação estadual do ICMS superou a de 2009 em 8,3% (Gráfico 22). Superou em 4,5% até mesmo que a de 2008, considerado um excelente ano em termos de arrecadação do ICMS. De forma consistente, o Espírito Santo vai superando os efeitos da crise financeira internacional sobre suas finanças.



Viaduto no cruzamento da avenida Carlos Lindenberg e rodovia Darly Santos, em Vila Velha. A obra vai melhorar a mobilidade urbana e o transporte de cargas no município

GRÁFICO 21 - EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO MENSAL DO ICMS, EXCLUSIVE O ICMS SOBRE A IMPORTAÇÃO, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, JANEIRO DE 2008 A SETEMBRO DE 2010

Fonte: adaptado de Espírito Santo (2010b).

Em R\$ milhões (IPCA de set/2010)

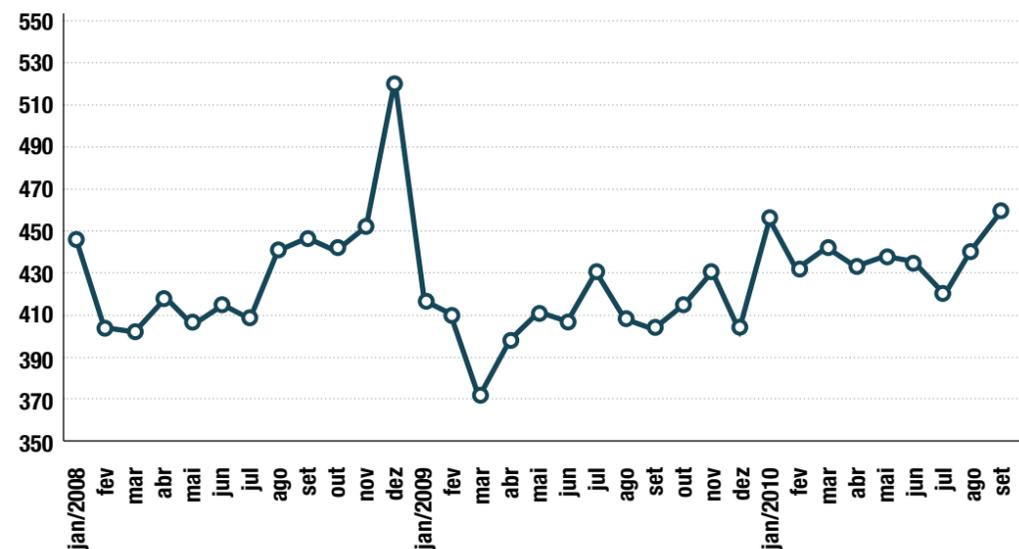
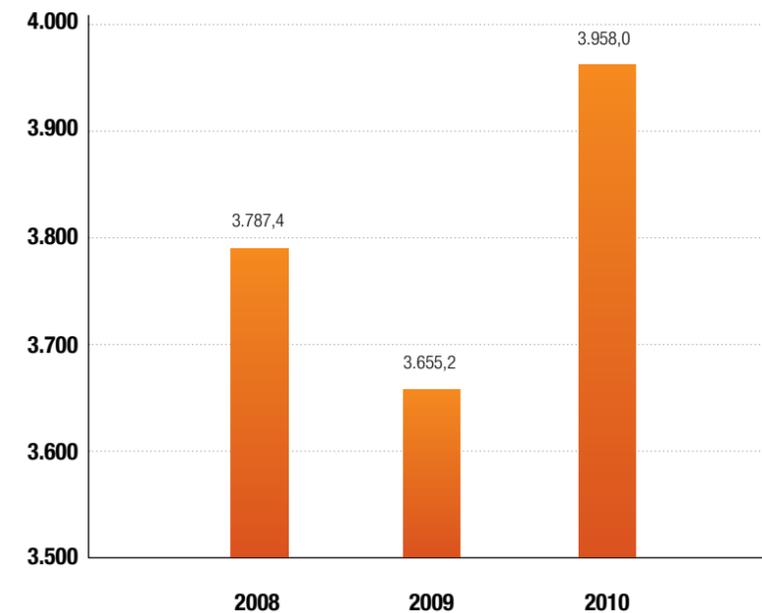


GRÁFICO 22 - EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO ACUMULADA DE JANEIRO A SETEMBRO DO ICMS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, EXCLUSIVE O ICMS SOBRE A IMPORTAÇÃO, 2008-2010

Em R\$ milhões (IPCA de set/2010)



Fonte: adaptado de Espírito Santo (2010b).

9 Legado e desafios

Amudança no padrão de gestão das contas públicas do Espírito Santo, iniciada em 2003, deixou dois grandes legados para o Estado nos próximos anos. O primeiro decorre da melhora generalizada das condições de gestão financeira, notadamente no que se refere à recuperação da capacidade de planejamento do Governo Estadual.

Quando um ente gasta sucessivamente além do que permite sua base de receitas, tende a surgir um volume crescente de compromissos em atraso, o que acaba contaminando a relação da administração com seus fornecedores e prejudicando todo o planejamento da execução das políticas por parte da máquina pública. A programação das ações pelos gestores públicos passa a ser sucessivamente minada pela desorganização financeira do governo, com efeitos deletérios sobre o seu funcionamento geral e o alcance das diversas políticas.

O ajuste fiscal, portanto, é uma condição fundamental para que o orçamento público deixe de ser uma peça de caráter meramente burocrático e se transforme em um efetivo instrumento de planejamento das ações do setor público, incorporando o aprimoramento das previsões, o conhecimento dos custos, a identificação das necessidades financeiras e a correção de rumos.

Esse é, sem dúvida, um caminho longo, já que requer uma mudança na lógica de funcionamento de práticas típicas da administração pública que, durante décadas, foram se consolidando no Brasil. De qualquer forma, uma gestão financeira responsável constitui o ponto de partida dessa mudança e, nesse sentido, o governo capixaba nos últimos anos foi particularmente bem-sucedido, porque deu início a esse processo de transformação.

O segundo legado relaciona-se a um conjunto de investimentos essenciais para o Estado. A base financeira construída nos últimos anos permitiu ao Governo realizar um grande volume de investimentos, que nos últimos dois anos giraram em torno de R\$ 1 bilhão ao ano, marca bastante significativa para os padrões capixabas.



O novo Hospital Dório Silva, com obras já iniciadas, contará com 371 leitos, com capacidade para 10 mil atendimentos por mês

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



Com a reforma e ampliação, o novo Hospital São Lucas contará com 248 leitos

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Apesar de sua enorme importância, esses legados não devem obscurecer os grandes desafios que se colocam para o Estado nos próximos anos. O primeiro tem a ver com os possíveis efeitos que uma eventual reforma tributária – cuja discussão deverá voltar à pauta em breve – trará para o Espírito Santo. Dois itens são particularmente importantes para as finanças públicas capixabas, os critérios de repartição do FPE e a legislação referente às receitas associadas à exploração de petróleo e gás natural.

Em 24 de fevereiro de 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestou pela inconstitucionalidade dos atuais critérios de distribuição do FPE e estabeleceu o prazo até dezembro de 2012 para que novos critérios sejam aprovados. Até o vencimento desse prazo continua em vigor a atual sistemática de distribuição.

O Congresso Nacional tende a evitar o enfrentamento de questões que embutem conflitos fiscais de ordem federativa, dada a grande dificuldade de conciliação de interesses tão diversos quanto os do conjunto dos estados que compõem a federação. Por esse motivo, os congressistas não de-



O Cais das Artes, em Vitória, contará com um teatro com capacidade de 1.350 lugares, museu climatizado, área expositiva de 3 mil metros quadrados e praça com cafés, livrarias e espaços para espetáculos cênicos

finiram os critérios para a distribuição do FPE, tarefa que lhes foi delegada pela Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989.

Uma proposta de consenso está sendo elaborada por um Grupo de Trabalho criado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários de Fazenda de todos os estados do Brasil. O FPE é a segunda maior fonte de recursos do orçamento do Espírito Santo, ainda que o Estado receba apenas 1,5% do total repartido no Brasil.

No que diz respeito às receitas provenientes da exploração do petróleo e gás, a disputa federativa em torno desses recursos tende a se intensificar nos próximos anos, tendo em vista as perspectivas de ganho associadas à exploração do petróleo e gás da camada pré-sal. A participação do Governo Estadual nas discussões sobre a forma de distribuição dessas receitas e as regras de sua aplicação é fundamental, considerando que o Estado recebe uma fatia importante do total em termos nacionais.



O novo Estádio Estadual Kleber Andrade, em Cariacica, ficará pronto em 2012. Sua capacidade será ampliada para 23 mil lugares e o local contará com um edifício educacional e uma pista oficial de atletismo

O segundo desafio a ser enfrentado se refere à continuidade da solidez fiscal alcançada pelo Estado nos últimos anos. A saúde financeira do setor público capixaba somente poderá se manter na presença de um processo permanente de monitoramento da estrutura do gasto e de sua base de financiamento.

Nesse sentido, os próximos anos requerem a continuidade dos investimentos na estrutura de arrecadação da Secretaria da Fazenda, que necessita estar permanentemente apta para lidar com os vários desdobramentos da dinâmica própria das atividades econômicas locais.

Em paralelo, a execução das despesas e o planejamento das ações do setor público deverão levar em conta que a atual estrutura de serviços do Estado ampliou-se consideravelmente, dada a grande expansão do investimento no período recente. Assim, a administração pública terá que ser capaz de dar continuidade à melhora da qualidade dos serviços existentes e, simultaneamente, controlar uma estrutura ampliada de gastos de custeio associada à expansão dos investimentos.

Tais desafios, portanto, reforçam a importância dos próximos governos serem capazes de preservar os ganhos decorrentes das mudanças na forma de condução das finanças públicas capixabas empreendidas nos últimos anos, contribuindo para que o Estado desempenhe um papel de importância crescente no cenário nacional.

Notas Metodológicas

1 • FONTE DOS DADOS ESTADUAIS

Os dados apresentados ao longo do trabalho foram retirados do banco de dados "Execução Orçamentária dos Estados (1995-2009)", disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No caso do Espírito Santo, utilizou-se o Balanço Geral do Estado dos anos de 1995 a 2009.

2 • AJUSTES DA RECEITA E DESPESA

A receita total disponível (RTD) e a receita corrente disponível (RCD) foram calculadas com o objetivo de mostrar a real capacidade de desembolso do Estado. Ou seja, excluíram-se os valores que efetivamente não ingressaram nos cofres estaduais, como as transferências constitucionais e legais aos municípios, as contribuições sociais ao sistema de previdência e as deduções para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

No caso do Espírito Santo, exclui-se também a parcela do ICMS do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (ICMS/Fundap), que é repassada às empresas. A despesa também foi ajustada para poder ser confrontada com as receitas disponíveis. Dessa forma, excluiu-se da despesa corrente o mesmo valor das Contribuições Sociais que foram eliminados da receita, bem como a despesa com as transferências constitucionais aos municípios. Também foi deduzida da despesa de capital, a parcela das inversões financeiras destinada às empresas do sistema Fundap.

3 • RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), corresponde à receita corrente, excluídas as transferências constitucionais aos municípios, as contribuições dos servidores ao sistema de previdência, as compensações financeiras entre os diversos regimes de previdência social e as deduções para o Fundef/Fundeb.

O cálculo da receita corrente disponível, explicitado acima, é bem próximo, porém a receita corrente líquida é o parâmetro oficial para os cálculos dos limites estabelecidos pela LRF.

4 • DESPESA COM PESSOAL

O banco de dados sobre as finanças estaduais, disponível no site da STN, apresenta algumas dificuldades de análise dos gastos com pessoal. A primeira refere-se à forma agregada de apresentação dos dados até o ano de 2001, o que impede a análise de alguns subitens do plano de contas.

Outra dificuldade que se impõe, por causa dessa agregação, é a impossibilidade de se fazer determinados ajustes

com o objetivo de padronizar algumas contas. A partir de 2002, quando as contas passaram a ser apresentadas segundo o Plano de Contas da União e de forma mais aberta, a despesa com pessoal foi um dos itens que mais sofreu diferenciações entre os estados, principalmente no que se refere à contabilização de aposentadorias, pensões, contribuição para entidades fechadas de previdência e aplicação direta entre órgãos.

Buscando amenizar tais limitações, foram adotadas duas metodologias de cálculo para a despesa com pessoal: uma para o Estado do Espírito Santo, utilizando como fonte os Balanços Gerais do Estado; e outra para os demais estados do Brasil, utilizando os dados da STN.

a) Despesa com pessoal no Espírito Santo: No Espírito Santo, a partir de 2005, a despesa com os inativos (aposentadorias, reformas e pensões), custeada pelo Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM), que era registrada como um subelemento de categoria Pessoal e Encargos Sociais, passou a ser contabilizada na categoria Outras Despesas Correntes, causando uma queda abrupta nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Visando a promover um ajuste entre os anos da série apresentada e uniformizar a base de comparação dos dados, foi necessário subtrair o valor da receita de Contribuição Social (que é bastante próxima da despesa do IPAJM) do valor da despesa com Pessoal e, a partir de 2005, somar o gasto com aposentadorias, reformas e pensões, que passaram a ser contabilizados em Outras Despesas Correntes. Esse procedimento serviu também para adequar a despesa corrente às deduções das Contribuições Sociais realizadas no cálculo da Receita Corrente Disponível. Resumindo, o cálculo da despesa com pessoal para todos os anos da série apresentada é o seguinte:

Despesa de pessoal = Pessoal e Encargos Sociais + (aposentadorias, reformas e pensões que estão registradas em Outras Despesas Correntes) - receita de Contribuições Sociais orçamentárias e intraorçamentárias

b) Despesa com pessoal nos demais estados brasileiros: O cálculo para a despesa com pessoal dos demais estados é o seguinte:

- Para os anos 1995-1999 e 2002-2008: toda a despesa informada na rubrica "Pessoal e Encargos Sociais";
- Para o ano 2000: soma das despesas informadas nas rubricas "Pessoal Ativo", "Encargos", "Inativos" e "Pensionistas"; e

- Para o ano 2001: soma das despesas informadas nas rubricas "Despesas de Pessoal" e "Transferências a Pessoas".

5 • DESPESA DE CUSTEIO

O conceito de despesa de custeio abrange toda a despesa corrente, exceto as de pessoal (conforme cálculo acima) e os pagamentos de juros e encargos da dívida.

6 • CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

A capacidade de investimento expressa a magnitude do valor disponível para investimentos em relação aos recursos correntes. Seu cálculo exclui da receita corrente disponível toda a despesa corrente, juntamente com as amortizações da dívida, como mostra a equação abaixo:

$$\text{Capacidade de investimento} = \frac{\text{RCD} - \text{Despesa corrente} - \text{Amortizações da dívida}}{\text{RCD}}$$

7 • RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário exclui das receitas totais os ganhos de aplicações financeiras e, dos gastos totais, os juros nominais pagos. É, portanto, a diferença entre a receita total e a despesa total, após os referidos ajustes. O principal objetivo desse cálculo é avaliar a sustentabilidade da política fis-

cal em um dado exercício financeiro, tendo em vista o patamar da dívida consolidada e a capacidade de pagamento da mesma no longo prazo.

8 • DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A dívida consolidada refere-se às obrigações cujo prazo de exigibilidade é superior a 12 meses. Subtraindo-se as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, chega-se à dívida consolidada líquida.

9 • ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO

O endividamento de curto prazo, utilizado nesse trabalho, foi medido pelo conceito de (in)suficiência financeira, que consiste na diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Quando o resultado for positivo há suficiência financeira, caso contrário, há insuficiência financeira.

10 • ATUALIZAÇÃO DE VALORES

Os valores apresentados nas tabelas e nos gráficos, à exceção do que estiver expressamente mencionado, foram corrigidos dos efeitos da inflação. O índice de preços utilizado foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As correções foram feitas pelo IPCA médio de 2009, relacionado na Tabela 7.

TABELA 7 • MULTIPLICADORES DE CORREÇÃO DE PREÇOS, COM BASE NA MÉDIA ANUAL DO CÁLCULO MENSAL DO IPCA

Ano base 2009 = 1

Ano	Multiplicador
1995	2,5983
1996	2,2446
1997	2,0992
1998	2,0342
1999	1,9400
2000	1,8123
2001	1,6963
2002	1,5641

Ano	Multiplicador
2003	1,3635
2004	1,2791
2005	1,1969
2006	1,1488
2007	1,1084
2008	1,0489
2009	1,0000

Fonte: adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010b).

¹ O ICMS Fundap é o imposto recolhido de empresas com sede no Espírito Santo e que realizem operações de importação. Parte dessa arrecadação é utilizada como incentivo financeiro na forma de financiamento para que essas empresas apliquem em novos projetos ou na expansão de suas atividades e, assim, ampliem também a arrecadação do ICMS. A gestão dos recursos financeiros do sistema Fundap é feita pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – Bandes.

REFERÊNCIAS

AEQUUS CONSULTORIA. **Banco de dados Aequus**. Base de dados. Vitória. 2010.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Consolidação das participações governamentais e de terceiros**. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?id=518>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

BORGES, A. J. M.; VILLELA, T. M. C. (Org.). **Finanças do Estado do Espírito Santo: do Plano Real à Crise de 2009**. Vitória: IJSN, mar. 2010. 226p. (mimeo).

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Execução Orçamentária dos Estados (1995-2009)**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 5 set. 2010a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Dívida Consolidada Líquida dos Estados**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/rf/downloads/financas_estaduais_divida_liquida.pdf>. Acesso em: 5 set. 2010b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 1995**. Vitória, 1996. 371 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 1996**. Vitória, 1997. 308 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 1997**. Vitória, 1998. 287 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 1998**. Vitória, 1999. 412 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 1999**. Vitória, 2000. 393 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2000**. Vitória, 2001. 442 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2001**. Vitória, 2002. 431 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2002**. Vitória, 2003. 462 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2003**. Vitória, 2004. 525 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2004**. Vitória, 2005. 413 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2005**. Vitória, 2006. 450 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2006**. Vitória, 2007. 480 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2007**. Vitória, 2008. 480 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2008**. Vitória, 2009. 600 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Balanco Geral 2009**. Vitória, 2010a. 623 p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Fazenda. **Dados fiscais do Estado do Espírito Santo: 2000 a 2009**. 2010b. 1 CD-ROM.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos. **Informações de recursos humanos: Boletim estatístico**. Base de dados. Disponível em: <<http://www.seger.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 26 fev. 2010c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos. **Informações de recursos humanos: Informações gerenciais**. Base de dados. Disponível em: <<http://www.seger.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 26 fev. 2010d.

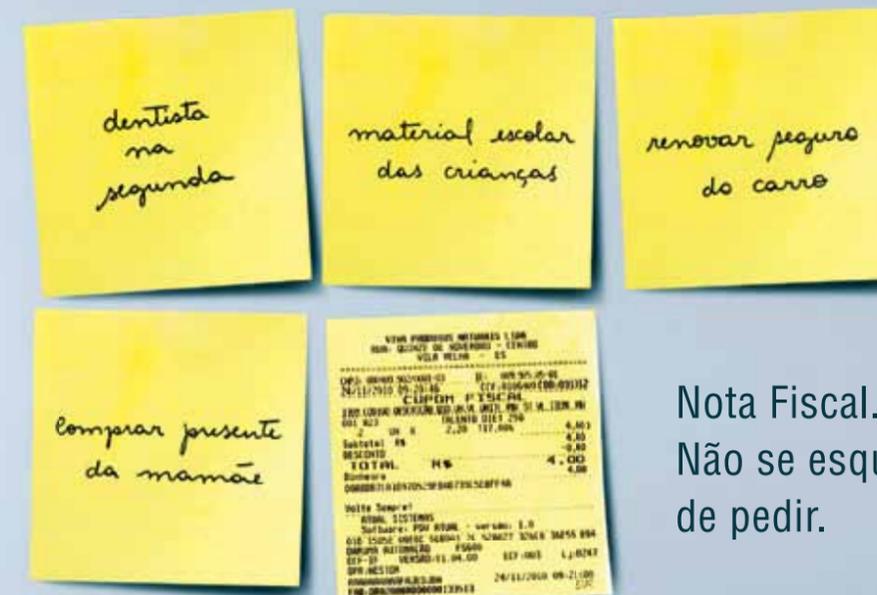
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas projeções população**. Base de dados. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_Projecoes_Populacao>. Acesso em: 26 fev. 2010a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Séries históricas – IPCA (em formato zip)**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 26 fev. 2010b.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Produto interno bruto (PIB): variação real anual**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1484587773&Tick=1288962275694&VAR_FUNCAO=Ser_MUso%28%29&Mod=M>. Acesso em: 26 fev. 2010.

MARTINUZZO, J. A. **2003-2010 Caminhada de travessia: Percurso de conquistas – Novo Espírito Santo: oportunidades para todos e sustentabilidade**. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, 2010. 540 p.

NA IMPRENSA: **Espírito Santo cancela isenções de ICMS e registra segundo superávit**. Vitória, ES. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?noticiald=99645310>>. Acesso em: 05 set. 2010.



Nota Fiscal.
Não se esqueça
de pedir.

Quando você pede a nota fiscal, parte do que comprou vira imposto, que volta para você em obras, programas e serviços públicos. Não se esqueça de pedir a sua nota fiscal. O Espírito Santo agradece.



Secretaria
da Fazenda
**UM NOVO
ESPÍRITO SANTO**
Governo do Estado
www.es.gov.br



Secretaria
da Fazenda

